

BRACHY THERAPY

Apresentados, dependentes, segurados, todos sobrem na fila da previdência social, no prédio da Avenida Terraço Aranha, onde se trata dos benefícios.

Existem aí alguns aposentados que para não enfrentar a burocracia responsável pelo setor, até pagam para quem tenha o coragem de atuar as humilhações e singamentos com que dona Francisca "minimiza" os que tem necessidade de ir ali.

As reclamações são muitas e foram ouvidas prontamente, pelo repórter da AM que até correu o risco de também levar algumas "sobras" enquanto conversava com os previdenciários que podem até entrar numa lista negra se forem identificados se quer, sendo a qualquer Jornal.

Opinião
em 30

No segundo ato, "Sem Raízes", mostra outra face do modo de pensar da personagem. O personagem "Jão" e a gueixa "Japão" simbolizam a invasão das multinacionais e o domínio da Amazônia. A peça é dirigida por Gelson Afiunha. A equipe de atores tem regime de cooperativa (vem de vários grupos) e composta por nove artistas, além de cinco técnicos.



RETA FINAL

Hoje começa a reta final do Carnaval que está tendo início oficial com o Baile dos Mascaras, do Ipiranga Esporte Clube, uma promoção do Lions Club. Os clubes e Escolas da Serra estão afinando os retoques da roupagem de suas decorações e alegorias. Quem não parou antes vai perder a corrida. Ferroviário, Ipiranga, Flamengo, Caiari, Cobra Show, Pabres do Caiari, Diplomatas, Seca Boteco, foram os primeiros na largada carnavalesca.

Hoje, logo mais à noite, na sede do Caiari Cobra Show, mais uma novidade, a tradicional cobra que tem alegria nossos carnavales vai estender na sua poção de Afonso Pena. A cobra vai começar a espichar os seus 7 metros em preparação para o desfile da terça-feira de Carnaval, o único dia que ela vem à avenida.

CARTA A REDAÇÃO

Porto Velho, 28 de Janeiro de 1981.
Ilmo. Sr. Diretor do Jornal Alto Madeira — Nesta,

Prezado senhor:
Com a presente venho solicitar a V. Sa. a gentileza de fazer um apelo a quem de direito, para mandar tapar uma vóia que foi aberta a uns 4 meses na rua Padre Angelo Cerri com Elias Garayab, fazendo com que os moradores dessa rua se quizerem pagar ônibus ou mesmo taxi (esse só com muita emergência) tem que se deslocar até a rua Kennedy por baixo da chuva ou Sol.

Assim sendo, peço em nome dos moradores da Padre Angelo Cerri fazer esse apelo, pois nós estamos sofrendo por causa dessa vóia e da negligência de quem mandou abri-la.

Na certeza de ser atendido, agradeço.
a) Antonio José da Silva
Rua Padre Angelo Cerri, 1.894 — Liberdade.
N.R. — Antônio, sua carta datada de 28.01, está sendo divulgada hoje porque só ontem que ela chegou a nossas mãos, pelo correio. Se já taparam a tal vóia, a que duvidamos, parabéns. Se não fica a reclamação a quem de direito tapar a para amenizar o sofrimento de vocês da Angelo Cerri.

COMUNICAÇÃO

Do Gen. de Bda. Angelo Baratta Filho, recebemos atencioso ofício comunicando haver o Presidente da República, pelo Decreto nº 85.532, de 16 de dezembro de 1980, extinguido o 3º Grupamento de Fronteira, criando em seu lugar a 17ª. Brigada de Infantaria de Selva.

Outrossim informa ainda o Gen. Baratta, que a área de responsabilidade da nova Grande Unidade criada é a mesma do extinto 3º Grupamento de Fronteira.

OLIVEIRA É RACISTA

A queixa vem da localidade de Cabixi, no Município de Vilhena. O queixoso diz que é fundador daquela localidade, mas mesmo assim não conseguiu uma chacara, desta que o prefeito está dando a todos os moradores de Cabixi. E, aqui pra frente, Ricardo Massaroli, autor da queixa, passa a explicar os motivos pelos quais não conseguiu a doação de uma chacara.

Ricardo é nordestino e escurinho (preto) e o Administrador Oliveira, que faz a distribuição de áreas que será dividida em chacaras, não gosta de preto e, ainda mais de mineiro e nordestino. O administrador Oliveira, segundo o queixoso, diz abertamente que "escurinho" e nordestino não podem ficar em Cabixi, pois esta localidade do Município de Vilhena, está destinada ao pessoal do Sul, que é branco e trabalhadora. Eis a queixa do escurinho Ricardo Massaroli, que reside em Cabixi, Colorado do Oeste.

Agora cabe às autoridades chamar o administrador Oliveira às talas, caso contrário tanto ela quanto as autoridades municipais podem ser enquadradas na Lei Afonso Arinos — para aqueles que desconhecem essa Lei, — e processadas criminalmente por discriminação racial.

Para o administrador Oliveira, já de Cabixi, ele só podem morar e ter terras, gaúchos, catarienses, paranaenses e até polacos, mas escurinhos, nordestinos e mineiros, não.

PLANTAO DE FARMACIA

Hoje: Drogaria Central

Rio e Adjacências

Josias de Macedo

O direito de defesa é respeitado em todas as fases e até mesmo entre marginais este direito é respeitado. Nas sobas e nas aldeias, onde a civilização ainda não penetrou esse direito é respeitado, embora de maneira diferente. Entre nós, felizmente, esse direito dado até ao mais vil dos criminosos, persiste. Se a Justiça, através de seus juizes talha, tiram a venda dos olhos da Justiça e agem de forma diferente a culpa é do Regime, que embora condenável, é aceita. Se os juizes, por pressão ou coação, condenam sem dar direito ao réu para defender-se, a culpa não é do direito, mas do homem colocado em lugares errados. Se as autoridades fazem justiça com as próprias mãos, como aconteceu nas décadas de 60 e 70, quando os presos eram submetidos a torturas, nos pilões, a pseudas prisões, alguns até perdendo a vida esse processo é condenado e agora a Justiça está fazendo Justiça (casos Herzog e Fiel "abatidos" em prisão em São Paulo). Mas isto não dá o direito e nem fornece jurisdição para que acusados sejam condenados sem o direito de defesa, sem a presença de seu advogado. O povo — às vezes não compreende e quer fazer Justiça com as próprias mãos, voltando à era da pedra ou invocando o julgamento de Cristo, perante Poncio Pilatos, que pressionado pela multidão entregou aquela multidão inconsciente e cheio de ódio, o Salvador do Mundo, para que fosse crucificado. Mas este último fato tinha uma finalidade, cumprir o que estava escrito nas profecias. Hoje, as coisas estão diferentes, até os criminosos de guerra tiveram um julgamento e o direito de defesa. Dito isto, o colunista quer advertir aqueles que fizeram um juramento, no ato de sua formação, para que não esqueçam que todos os criminosos têm direito a um advogado que, às vezes, embora constrangido, para defendê-los das acusações. Isto é dito, pelo colunista, pois há casos em nossa cidade, que os acusados não encontram um caudilho para defendê-los. Não sabe o colunista se por imposições ou por conveniência. No caso Agenor, alguns caudilhos acham que defender os acusados é uma indignidade, porém, não é isso. Porto Velho é uma cidade com pouco mais de 100 mil habitantes, onde todos se conhecem e, por isso, defender os acusados pelo assassinato do advogado Agenor Martins, e ficar marcado para toda a vida, é perder clientes e ficar sob perene ameaça de um atentado, por pessoas de pouca inteligência, que por terem sido amigos do advogado assassinado devem fazer Justiça pelas próprias mãos. Não esqueçam, senhores advogados, do Juramento, feito por ocasião da Formação. Todos tem o direito de defesa. Se isto for esquecido, essa classe que foi criada para defender os humildes, acionar os criminosos e, também defendê-los, será uma classe em extinção.

X X X X

Encontra-se, entre nós, o advogado, administrador de empresa e pecuarista, dr. Gilberto Fonseca Pinto, diretor do Fri-Rondon. O empresário, que vive mais em São Paulo, veio a nossa cidade tratar de assuntos de interesse da empresa da qual faz parte. O amigo Gilberto da Fonseca Pinto — G.F.P. — para os amigos, permanecerá na cidade até amanhã, quando retornará a São Paulo. Negócios terminados, retorno garantido.

X X X X

O coronel Jorge Teixeira de Oliveira, em visita ao interior. O governador nessas visitas, marca as presenças como administrador e como político. E, pois, as coisas não estão muito boas para os líderes do PDS, que encontram na alta do custo de vida e no difícil acesso à terra, seus maiores inimigos políticos. Teixeira vai lá e com a sua palavra amiga, procura contornar as coisas, dizendo que eles vão melhorar, desde que o problema da petroleo seja resolvido. E com isso marca tanta.

X X X X

Muita gente está perguntando ao colunista, onde começa a presença da Cadorn e onde termina a da Secretaria de Agricultura. O colunista responde que vai conversar com os agrônomos William Curi e Luiz Carlos para depois responder.

X X X X

Prestige o Fri-Rondon ele é o responsável pela distribuição de carne à popula-

ção, sem o perigo da ameaça de transmissão de verminose, aftosa ou mesmo a brucelose. Toda a carne proveniente de gado abatido no Fri-Rondon, é examinada por veterinários credenciados pelo Ministério da Agricultura.

X X X X

Quando qualquer advogado, famoso ou obscuro, requer a concessão da medida de um Habeas Corpus é porque o seu cliente ou está preso ou ameaçado por autoridades. E ao juiz cabe conceder a medida ou não. O que não pode o magistrado é procrastinar no despacho, engavetando o pedido, o que só prejudica o impetrante. E isto está acontecendo em Porto Velho. E o colunista pode concluir por dizer a culpa é sua.

X X X X

É por falar em Justiça, o que é que está havendo com a formação do novo corpo de jurados? Será que essa demora na seleção dos jurados não vai prejudicar a realização de júris, este ano? E os títulos de eleitores quando começarão a ser assinados? Os novos eleitores e aqueles que já pediram transferências de seus títulos de outros Estados para esta Comarca se sentem prejudicados pela ausência de um juiz para assinar seus títulos, que hoje representa um documento de suma importância para qualquer transação com os repartições do Governo, bancárias e mesmo comerciais. Vamos dar um jeito, nos dois medidas que são de exclusiva competência do Juiz?

X X X X

A dra. Lady Gonçalves Araújo Fernandes, Promotora Pública, também presidente do Conselho Penitenciário, em conversa informal com o colunista, falou de suas atividades nas duas funções, que apesar de distintas são paralelas. A jovem Representante do Ministério Público, falou também das dificuldades que encontra para desempenhar a Presidência do Conselho Penitenciário, em consequência da falta de dotação orçamentária. E vai mais além, ao afirmar que quando às vezes necessita de uma passagem, mesmo por via rodoviária, tem que apelar para a dra. Alice Al. presidente local da LBA, que também é Conselheira do Conselho Penitenciário. Diante disso, não tem condições para viver de festas regadas à champagne. Em decorrência dessa função, tem que lidar com muita atenção para a situação em que se encontram os presos e sempre que estes necessitam de hospitalização ela é quem providencia suas internações. E, devido ao seu conhecimento e relacionamento da Promotora com os diretores de estabelecimentos hospitalares, os pedidos de internação são atendidos. E, finalmente, diante de tantas preocupações, a presidente e demais conselheiras do Conselho Penitenciário não têm nem tempo e nem verbas para gastar em festejos e muito menos com chimpcheretas. A dra. Lady Gonçalves Araújo Fernandes está certa, aqui todas as dotações destinadas ao Poder Judiciário e ao Ministério Público são tão reduzidas que nem chegam para atender as necessidades desses órgãos. A explicação é boa, dra. Lady Fernandes, e o povo vai gostar.

X X X X

Já é tempo de nossas autoridades sanitárias defender o povo, não permitindo a matança clandestina de gado, de vez que o Matadouro Modelo — Fri-Rondon — tem condições para atender a todos os boiadeiros e marchantes e, ainda, colocar a carne bovina, devidamente examinada na rede de abate clandestina vem, em maioria das vezes, de reza doente, portadora de verminose, aftosa e mesmo brucelose, doenças transmissíveis ao homem. Por sua vez, tais "marchantes" estão levando o fisco, pois não estão recolhendo o ICM, no valor de 15%. Como a polícia não faz para evitar esse matança de gado clandestinamente, os ladrões de gado agem impunemente. Os roubos de gado nas fazendas localizadas na periferia da cidade é uma constante. A audácia desses ladrões é tão grande que nem o gado pertencente à granja do 5º BEC é respeitado. O Serviço de Vigilância Sanitária bem que poderia agir com maior rigor contra esse abate de gado clandestino. Quanto ao Serviço de Inspeção de Produtos Animais, subordinado ao DEMA, poderia dar uma mãozinha e botar pra quebrar, inspecionando, de fato, a carne, a linguiça e o couro, pois aí reside o desrespeito à Lei.

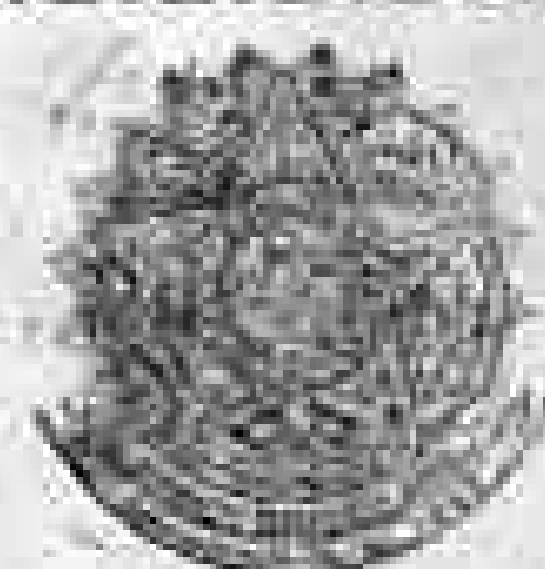
CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDONIA S.A. A.V.I.S.O

A Diretoria das Centrais Elétricas de Rondonia S.A. — CERON, comunica aos Senhores Consumidores que, por motivo de ampliação e melhoria do Sistema de Distribuição haverá interrupção no fornecimento de energia elétrica, no dia 08 de fevereiro de 1981, nos seguintes horários e localidades:

- DIA: 08.02.81
HORARIO: 08:00 às 12:00 horas
LOCALIDADES: — BAIRROS: Areal, Mocambo, Tucumzal, Tupy, Triângulo e Centro.
RUA: 1) Presidente Dutra entre Raimundo Cantuária e 7 de Setembro.
2) Prudente de Moraes entre Riachuelo e Raimundo Cantuária.
3) Nataland de Albuquerque.
4) José de Alencar entre 13 de Maio e Nataland de Albuquerque.
5) Riachuelo.
6) Almirante Barroso entre Presidente Dutra e General Osório.
7) 13 de Maio entre Rogério Weber e Trav. Mamoré.

Logo que os serviços sejam concluídos os circuitos serão energizados independentemente de outro aviso.

A DIRETORIA



MINISTERIO DO INTERIOR TERRITORIO FEDERAL DE RONDONIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAL

AVISO

A Comissão Permanente de Licitação de Material, leva ao conhecimento das firmas interessadas, regularmente cadastradas no Registro de Fornecedor desta Governação, e que estejam em dia com o entrega de materiais, referentes a licitações anteriores, realizadas por esta Comissão, bem público que terá realizar os seguintes Tomadas de Preços, p/Atender a Sec. de Administração.

T. DE PREÇOS Nº	DIA	HORA
023/CPL-M	23.02.81	10:30

OBJETO

T. DE PREÇOS Nº	DIA	HORA
024/CPL-M	24.02.81	9:00

OBJETO

Impressão: Material de Expediente e Limpeza. Máquinas de escrever e Calcular.

Os Editais, especificações e demais esclarecimentos poderão ser obtidos das 14:00 às 18:00 horas, no seguinte endereço:

Comissão Permanente de Licitação de Material.

Rua Henrique Dias nº 307, anexo ao Departamento de Material.

Porto Velho, 05 de fevereiro de 1981.

Altamir da Rocha Simpson
Presidente da CPL-M

Alto Madeira

EMPRESA ALTO MADEIRA LTDA.

Órgão das Notícias Assinadas

Fundada em 15 de Abril de 1917

Edição — Notícias e Notícias

Prêmio Jornalistas Pedras, 80

Tele. 221-0005, 221-0007 e 221-3077

Editor: Superintendente

EPARINONDAS BARAHUNA

Editor-Geral

ESTRO TOURINHO

Editor-Plano

LUIS MALHEIROS TOURINHO

ASSINATURAS

CAPITAL (ANUAL)	Cd 1.400,00
INTERIOR (ANUAL)	Cd 1.400,00
EXEMPLAR DO DIA	Cd 15,00
EXEMPLAR ATRASADO	Cd 30,00

SUBSCRIÇÃO

SIMA — Rio — Rua Rodrigo Silva, 12 —
Telefones: 221-0000 — Telex — 0211 23048

SIMA — São Paulo — Rua 1 de Abril, 270

6 andar — Telefones: 221-1022 — Telex — 0211 05492

Departamento de Interior do Correio Federal
Gal. Hotel Nacional — Loja 43 — Brasília-DF.

Obs: Os editais assinados são de inteira responsabilidade de seus autores. Os originais publicados ou não, não serão devolvidos. A concessão de publicação não implica em responsabilidade política.

Leia e assine o
Alto Madeira

Vende-se Telefone
Grd 80.000,00. Tratar c/ Tourinho Corretores Tel. 221-3181.

PM VAI RECRUTAR EM BRASILIA

A Polícia Militar de Rondônia vai tentar obter novas recrutas em Brasília. O anúncio foi do comandante da guarnição coronel Mauro Azambuja, que deverá participar brevemente no Distrito Federal de uma solenidade de transmissão de cargo da direção da Inspeção Geral de Polícias Militares. Ele disse também que atualmente a PM tem 7.50 homens, 30 por cento do dispositivo necessário para atuar em Rondônia que é de 2 mil.

Com o campaigno da admissão de novos policiais, são muitos os candidatos, mas apenas 10 por cento deles são aprovados no seleto. Apesar disso,

garantia o comandante Mauro Azambuja, teremos um carnaval tranquilo, como no ano passado, e principalmente como acontece durante as festas de fim de ano.

MUDANÇAS

Ultimamente a Polícia Militar de Rondônia vem passando por mudanças que não podem ser percebidas de imediato. O uniforme, por exemplo, adotou o azul petróleo como cor básica e extinguiu o preto. "É uma forma de unificar o fardamento em todo o país", justificou o comandante Mauro Azambuja.

Na capital, o uniforme já foi padronizado: no

interior, só deve acontecer em dois anos. Outra mudança registrada foi com respeito ao policiamento. A crise do combustível fez reduzir o trabalho das rádio patrulhas, que agora funcionam assim: uma com equipamento de rádio atende a todos os chamados de ocorrências menos importantes. O restante das carros só entra em ação quando o chamado apresenta maior gravidade — um alarme bancário, por exemplo.

Mas a mudança mais importante, foi a conscientização de que as polícias Civil, Federal e Militar devem trabalhar em comum acordo, e por fim a dis-

cordia que existia há pouco tempo atrás.

"Isso, acontece, explica o coronel Azambuja, porque não havia a consciência de que significa o trabalho da Polícia Militar. A causa pode ter sido a falta de uma escola de formação policial. Mas, em poucos meses corrigindo os deslizes anteriores, os chefes das polícias, já não existe mais a briga entre as polícias. Afinal, nós temos a missão de preservar a tranquilidade da comunidade, e isso que fazê-lo até o fim. Não importam os obstáculos, importa a nossa missão cumprida".

POLÍCIA MONTADA

Até o dia 10 de abril, já deverão estar instituídas as 17 polícias montadas de Ji-Paraná e Caceres. A Polícia Militar recebeu uma determinação do governador Jorge Teixeira a respeito de cumprir dentro do prazo.

Para isso devem estar sendo enviados nos próximos dias em São Paulo os materiais. Ao mesmo tempo estão sendo encaminhadas propostas de venda de cavalos de Noroeste e do sul do País.

A Polícia Montada tem as vantagens que o comandante Azambuja explica: "em primeiro lugar vai gastar menos combustível, vai desgastar menos o homem e vai ter acesso a lugares onde o policial a pé ou de carro não chegariam.

Além do mais, a simples presença do cavalo impõe moral, a exemplo do que já acontece na Rio de Janeiro, na Lagoa Rodrigo de Freitas, e em São Paulo".

TRAINAMENTO

A preservação do bem-estar da comunidade e o combate ao crime, continuam sendo trabalhos específicos da PM apesar das críticas que vem sendo feitas como a que se refere a preparação para o combate à guerrilha.

Não é o nosso caso. Não temos guerrilha nenhuma a combater, mas os casos de subversão, são competência das Comandos Militares das regiões, concluiu. "Justiça o comandante Mauro Azambuja."

COMANDO CIVIL

O Comandante da PM acha também que é "desnecessário" a ideia de "comandante civil", que os delegados paulistas inventaram, quando sugeriram que o Brasil tivesse um comando civil, porque como está vem criando embaraços para o combate ao crime.

Disse Mauro Azambuja, que "também não é o caso de Rondônia, não estamos, de voltar com índice de criminalidade como eles. Nosso caso já foi conseguido, não, teriam que antes modificar o Constituição Brasileira".

SELEÇÃO

A rigorosa seleção de que são submetidos os novos policiais só tem deixado para o guarnição, 10 ou 15 por cento dos candidatos. Muitos apresentam uma agressividade incontrolada e poderiam prejudicar todo o trabalho que estamos fazendo. Por isso temos que ser rigorosos. Vem a Operação Caco-Patrulheiro. Nós atuamos, em conjunto com a Civil e ninguém leve o que estamos fazendo. Nas casas de refúgio por exemplo, não vamos desrespeitar ninguém. Vamos inicialmente do início saber quem está com o rádio. Se houver alguém errado, nós teremos um lugar para ele ficar, sem gerar um problema social", disse o comandante Azambuja.

CARNAVAL

Ultimamente a PM teve que adotar um esquema para atender bem a população com o dispositivo que tem. Assim os policiais passaram a ser "mão vivas" porque agora estão nas ruas, em duplas. No lugar de patrulhas, eles também estão, sempre em duplas. "Em dois, eles tem mais segurança e um pode pedir socorro em algum lugar, enquanto o outro fica na perseguição", além disso, ficam mais em contato com a comunidade".

Mas esse esquema exigiu mais dos policiais da capital. Assim, ficou reduzido o período de descanso, ao mesmo tempo em que foram reduzidos os valores atuais de despesas. Durante o carnaval, o efetivo policial vai cair, e as faltas ficarão ainda mais reduzidas. Essa situação deverá permanecer até as próximas admissões. O curso preparatório para novos praças deve começar em março.

RECRUTAMENTO

Devido a dificuldade de atrair o candidato que procura a PM de Rondônia, existe a necessidade fazer recrutamento em outros Estados.

Essa tarefa, entretanto, não é simples, pois antes devem seguir os examinadores que vão fazer os primeiros testes para filtrar o candidato. Além disso, os policiais são bastante caros. O Comandante Mauro Azambuja vai tentar fazer contratações em Brasília nos próximos meses.

CONFIANÇA

"Da comunidade nós esperamos a confiança. Eu lido todos os dias os jornais locais para saber o que está acontecendo. As críticas nos obrigam a saber o que está acontecendo de errado e corrigir. Além disso, todos os meses, que sabemos de algo errado, mesmo que não esteja nos jornais, divulgamos do mesmo jeito. A meta é melhorar o padrão de atendimento. Por isso, a comunidade deve acreditar no nosso trabalho. Queremos ouvir de você, também, que nossa missão está sendo cumprida, como nós sentimos que está".

SEMUSP não estuda aumento para ônibus

Uma nova tabela para as tarifas de taxi está em estudo na Semusp, tendo em vista os novos preços dos combustíveis, não havendo, até então, com relação as passagens dos ônibus urbanos.

A informação foi da secretária substituta de Serviços Públicos, engenheira

Bandra Silva, no comentário publicado ontem pelo AM, sobre a cobrança legal de novos preços por ônibus da linha do bairro da Liberdade.

A alteração dos preços não deverá chegar a 20 por cento e somente entrará em vigor a

nova tabela depois da publicação no Diário Oficial, provavelmente, no decorrer da próxima semana. Quanto aos ônibus não foi cogitado na área municipal, permanecendo a tarifa de 10 cruzeiros, em vigor para os coletivos de toda a cidade de capital.

Humilhação na fila do INPS

"Estou nos meus direitos. Não posso ser humilhado porque sou aposentado. Admito de costas eu já dei a minha parte para ajudar o Brasil". A cena é comum. Ovarietude alguns por de controle e para a cobrar de forma mais enérgica os seus direitos do pelo menos um atendimento mais humano. O local é o INPS, na rua Tenente Aranha. Ali vão velhos, doentes, inválidos, viúvas e toda sorte de previdenciários que vivem do que o suor, seu ou dos parentes render. Mas é difícil suportar. Existem ex-ferroviários por exemplo que pagam 10 por cento dos vencimentos a quem for enfrentar dona Francisca Sene, a chefe do setor. Como ela, muitos outros, tremem de ouvir falar o nome dela, que humilha, xinga e promete castigos mesmo para quem esteja muito doente. Ela não admite que ninguém lhe peça nada, mesmo que seja humilhação da parte de quem pede. Pelo menos duas pessoas tiveram que ir diretamente para o príncipe depois de sofrer com dona Francisca. Tida como a "monstruosa" por muitos, tem também quem a considere uma excelente pessoa. Mas segundo os previdenciários, ela é capaz de humilhar o mais paciente dos funcionários, num outro "monstruoso".

QUEIXAS

Neste setor do Inps recebe-se as cartas para o pagamento nos bancos, faz-se exames para licença e elaboram-se documentos que encaminharam as previdenciárias a outros médicos. Ali também existem dois médicos que fazem os exames para decidir as licenças. Contra eles também as queixas são inúmeras. Pelo menos duas pessoas disseram ontem que eles recebem os documentos com palavras impronunciáveis e se obrigam a trabalhar para engrandecer o Brasil, muitas vezes sem que seja feito um exame sequer. Quem se recusa a pagar o que não se recebe tempo sem burocracia, tem o cartão "perdido". Dizem os previdenciários que não podem dizer para "parar" mas estão certos.

OS MARCADOS

Uma vez ou outra, alguém diz que vai reclamar nos jornais. E dona Francisca diz ao dia seguinte: "Vá reclamar no jornal". Quem assim proceder está errado. A denúncia de que os cartões marcados com um "x" vermelho pertencem aos que se rebelam, o que não é muito difícil acontecer.

A repartição, ao ser aberta às oito horas já tem o apoio de guarda de segurança armada, trabalhando do lado de dentro do prédio. Quando as portas foram abertas, muitos gente já está lá fora, pleiteando de muitas horas em pé, esperando, até as portas fecharem. No fim do "plantão" uma certeza: o pior está por vir.

A má vontade dos funcionários é notória. Ninguém faz nada a não ser que seja extremamente necessário. Mas existe uma exceção: os amigos, os parentes, um ou outro, e podem ser atendidos mais rápido.

FOI CHAMADO?

Por exemplo, se alguém quer se inscrever a um dia mais cedo saber se vai chegar para o plantão ou não, há quem vá chegar, ninguém irá se preocupar em saber se vai chegar de que lugar. Também não é necessário a quem possa resolver.

LAVANDERIA

Conforme a imprensa noticiou, há falhas no funcionamento de uma das máquinas que funcionam na lavanderia do Hospital. As falhas são técnicas, mas que deverão ser corrigidas. Há hoje cerca de um litro de sabão nas máquinas, no próximo dia. Mas, sempre assim, com a máquina deverá ser adquirida, conforme disse o governador Jorge Teixeira. "Ainda, há uma boa dose o diretor, de vez que

Quando dona Francisca o interrogar, vai dizer-lhe rapidamente: "o que você veio fazer hoje aqui? Foi chamado? Não, então que quer?"

A presença de um repórter não trouxe muito alívio, porque os previdenciários sabem que ele não será muito recebido pela chefe do setor. Mas ninguém se abateu de entrar no sofrimento, só não desamam ver os nomes no jornal para "não aumentar o inferno".

DESCULPAS

Uma senhora pediu uma funcionária para emitir um documento para que sua filha fosse atendida num médico. Mas ela não teve chance, não ficou atendida sob a alegação de que a funcionária ainda não havia chegado, e que é uma constante, como desculpa para o mau atendimento.

O chamado de viver só da previdência chegou. Um ex-ferroviário jurou um dia de seus que só iria procurar o nome dela, quando souber que poderia agendar o "atendimento" de dona Francisca. Um outro propôs pagar 10 por cento do pagamento a quem fosse enfrentar "a fera" por ele.

CORAGEM

Mas existem outras histórias como a do pedreiro Antônio. Partiu. Ele disse que não tem medo e coragem em fazer denúncias das irregularidades. Tem 51 anos, está agora de uma visita e "mostrando" pra quem não sabe a verdade para trabalhar. Be na visita ele teve que fazer oito operações. Depois outras três para extrair uma hernia que segundo ele, agora está do tamanho de uma banana.

Seu Partiu, estava ontem paralisado no berço e já havia chegado a situação de não ter o pagamento, que já está atrasado há dois meses. "Eu tenho enfrentado muitas coisas ruim aqui, desde que comecei a vir. Meu pagamento já atrasa até três meses e isso significa o tempo de humilhação aqui dentro e de dividas lá fora. O médico aqui, que eu não sei o nome, acho que é Alexandre, fez uma operação na minha bexiga e três dias depois me tiraram do hospital porque precisava de lá. Foi para casa mas como não tinha que fazer mais humilhação, logo "entreguei" a operação". E hoje estou aqui, dependendo de uma pessoa que eu quero me matar".

OUTRO EXEMPLO

Uma das filhas de um Partiu também sofreu com a negligência do Inps. O marido dela morreu em Manaus e a mulher passou mais cinco dias por lá, porque a documentação dela havia sido perdida em Porto Velho e o corpo não podia ser trazido. Depois a documentação, "perdida" novamente impedindo-a de receber a pensão previdenciária do marido. Se depois de exigir, sem dar chance as funcionários que negligenciam e que ela obtiver a documentação que estava realmente "perdida" nunca mais.

E esta é humilhação ainda de um humilhado do Inps. Os humilhados tem que ser humilhados, mesmo que durante a vida a pessoa tenha dado a mão e o sangue enquanto o permissível obrigatório a sua futura esperança e futuro imediatamente. Esta é a humilhação de ser previdenciário.

O MINTER e o Estado

O ministro Mario Andreazza, do Interior, deverá receber, brevemente, o relatório feito pelo Grupo de Trabalho constituído em dezembro do ano passado para elaborar estudos de viabilidade da transformação do território de Rondônia em Estado. O grupo, composto por membros da Secretaria Geral da Saúde e do Governo do Território, abordou os aspectos administrativos, financeiros e jurídicos, apresentando sugestões e medidas concretas referentes a cada um deles.

O ministro do Interior, após proceder a análise detalhada do relatório, o encaminhará ao presidente João Figueiredo, caso este comprava a viabilidade política e econômica desta transformação. "Se assim", afirmou Andreazza — após o relatório for submetido à Presidência da República, será possível reanalisar o projeto a apreciação do Congresso Nacional".

Quanto aos territórios de Roraima e do Amapá, Andreazza acredita que não se deve transformá-los, ainda nesta administração, em Estados. O segundo: "Roraima e Amapá estão progredindo, tendo em vista que o Governo Federal vem dando uma estrutura sólida a estes Territórios. No entanto, propiciando o crescimento, em vista um deles, de um Estado-embrão, através da organização da parte financeira, jurídica de arrecadação, do Judiciário, da Educação etc. Todos os órgãos estão sendo instalados nos Territórios, de modo que quando a transformação for feita, não estarão aptos a continuar todo o trabalho".

ANTI-PROJETO DE LEI

No que tange ao desenvolvimento dos Territórios, o ministro Andreazza não quer o que dispõe a organização administrativa dos Territórios Federais. Tem experiência de ministro, o ministro do Interior afirma que "a rápida transformação econômica e social dos Territórios, nos últimos anos determinou a necessidade de serem elaborados estudos, objetivando adaptar as respectivas estruturas administrativas à atual fase de desenvolvimento das unidades da administração Federal".

Assim, Andreazza quer a estrutura administrativa dos Territórios implantada em 1980 (decretos nºs 411), tornou-se indispensável para acompanhar a presente fase de desenvolvimento das áreas, dificultando a execução das metas do governo Federal.

O projeto de lei, em tramitação no Congresso Nacional, salienta que as Territórios Federais devem ser classificados em duas categorias, a saber: 1) Território Fe-

deral Autônomo, 2) Território Federal Administrativo.

- 1) — Desenvolvimento Econômico, Político, Social e Administrativo, visando a criação de condições que possibilitem a sua inserção na categoria de Estado;
- 2) — Ocupação efetiva da base territorial, especialmente dos espaços vazios e zonas de fronteira, mediante o povoamento planejado e a colonização;
- 3) — Integração sócio-econômica e cultural à comunidade nacional;
- 4) — Incentivo à Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Piscicultura, Mineração e Indústria, através de planos integrados com os órgãos de desenvolvimento regional nas respectivas áreas;
- 5) — Melhoria das condições de vida da população, mediante efetiva assistência médica, sanitária, educacional e social;
- 6) — Garantia da autonomia dos Municípios.

De acordo com o projeto de Lei, os Territórios Federais Autônomos competem, nas respectivas áreas, a execução das atividades relacionadas com a implantação e a política de colonização e de reforma agrária e que o órgão federal, acumulem essas funções, prestar assistência técnica, fornecendo os recursos necessários ao governo dos Territórios.

Para isso, serão assegurados recursos extraídos das seguintes fontes: receitas próprias de cada território; receitas arrecadadas da União; receitas provenientes do lançamento e da arrecadação, pela território, das impostos da competência da União; recursos extraordinários que foram destinados pelo governo federal; transferências federais previstas na constituição; e produto de operações de crédito e de outros fontes.

O projeto de lei, ainda, sobre a administração dos Territórios, destacando a competência dos governadores, tem como sobre a estrutura administrativa das áreas categorias de territórios. Diferenças entre as competências da comissão territorial, indicando, inclusive, o número máximo das comissões, por território. As normas de administração e de regime financeiro constituem outro capítulo do projeto. O importante destacar é que os territórios elevados à categoria de Autônomos — com exceção de Fernando de Noronha — terão autonomia financeira e administrativa, e todos os direitos assegurados pela constituição dos demais Estados e Distrito Federal, referentes a participação de pilulas de tributos.

São José compra novo Raio-X

O Hospital São José foi visitado, na última quinta-feira, pela reportagem do AM. A visita foi informativa, mas também assim, o médico Ovídio Tumbador Neto, diretor daquele hospital de rede do governo, fez as explicações necessárias sobre o que está em andamento naquele estabelecimento hospitalar. Alimentação dos doentes, lavanderia, aparelho de Raio X e, ainda, obras de ampliação foram os temas da conversa. E, o repórter achou que tudo vai muito bem neste setor.

ALIMENTAÇÃO

Ovídio foi inclusive ao detalhe que a alimentação dos doentes internados no São José, é de muito boa qualidade. E todos a julgar e a dispenza. Na cozinha, todos trabalhando atentamente. Lúpula, e feijão de ótima qualidade estavam sendo ma-

nipulados para serem empregados na alimentação dos doentes.

Por sua vez, a dispensa está abarrotada de alimentos tais como: leite em pó, enlatados, arroz, feijão, churrasco, doces, sucos, licores, café moído e etc. Tudo isso em grande quantidade. Pelo que se viu, não há falta de alimentos. Pelo que se viu, não há falta de alimentos. Pelo que se viu, não há falta de alimentos.

RAIO X

Pela importância superior a dez milhões de cruzeiros, a Secretaria de Saúde adquiriu um aparelho de Raio X, um dos mais modernos fabricados pela Philips do Brasil. O aparelho deverá ser instalado naquele hospital, tão logo a sala destinada a sua localização esteja pronta. Num prazo, segundo o diretor Ovídio Neto, esta sala de-

verá ser revestida de uma camada de chumbo, afim de evitar a propagação dos raios por outras partes do hospital. Com a instalação desse aparelho de Raio X, o São José estará capacitado para atender a todos os que necessitarem de exames radiológicos, incluindo desde, crianças, até adultos existentes no setor.

LAVANDERIA

Conforme a imprensa noticiou, há falhas no funcionamento de uma das máquinas que funcionam na lavanderia do Hospital. As falhas são técnicas, mas que deverão ser corrigidas. Há hoje cerca de um litro de sabão nas máquinas, no próximo dia. Mas, sempre assim, com a máquina deverá ser adquirida, conforme disse o governador Jorge Teixeira. "Ainda, há uma boa dose o diretor, de vez que

quando uma máquina, por qualquer motivo apresentar defeito, a outra, continua funcionando em funcionamento e evita, que se as roupas sofram pelos doentes, devido a ser mudadas diariamente".

NOVAS INSTALAÇÕES

As obras que estão sendo realizadas para ampliação do Hospital São José, caminham normalmente e deverão ser concluídas e entregues até o mês de outubro ou novembro deste ano. Com a entrega, os novos setores, os doentes ali internados terão maior conforto e também a população irá contar com maior número de leitos.

"Por tudo isso, tudo vai muito bem, graças ao Hospital São José", concluiu o dr. Ovídio.

«Ensino Profissionalizante»

Prof. JOSE VALDIR PEREIRA — DIRETOR DO CESUR

Com o advento da Lei nº 5.892/71, surgiu no Brasil o Ensino de 2º Grau com características e funções relevantes dentro do Plano Político-Social brasileiro, tendo como objetivo a formação do adolescente, através do desenvolvimento de suas potencialidades, numa perspectiva triplax:

- um aspecto individual de auto-realização;
- um outro, individual e social, de qualificação para o trabalho;
- e um terceiro, predominantemente social, de preparo para o exercício consciente da cidadania.

Para alcançar esse grande objetivo, o sistema educacional deveria prover a Escola de 2º Grau de uma organização capaz de assumir novas funções, uma das quais seria preparar para o trabalho — "Função de determinabilidade" e a outra, a de possibilitar ao educando a consecução de objetivos pessoais mais amplo — "Função de continuidade".

Entre ambas funções deve haver complementaridade, já que constituem parte de um mesmo todo:

- Formação profissional, constituindo dimensão da personalidade do jovem, parte integrante de suas preocupações e de sua visão do mundo;
- Educação geral, objetivando cultivar e desenvolver sua inteligência, a fim de colocá-la em harmonia com a vida.

Para favorecer aos sistemas educacionais o desempenho eficiente e eficaz dessas funções, o Egrégio Conselho Federal de Educação, emitiu entre outros, dois Pareceres, através dos quais o Ensino de 2º Grau pode ser visto sob dois ângulos. De um lado, o que oferece as habilitações em nível de técnicos e de auxiliar técnico, de acordo com a proposta no Parecer nº 45/71; de outro, o que oferece habilitações básicas. Parecer nº 76/75.

O primeiro — Parecer nº 45/72 — Assevera em caráter formativo-profissionalizante. Formativo porque visa integrar o educando em sua comunidade local na sociedade nacional e em seu tempo histórico; profissionalizante, porque capacita o exercício de uma profissão, inserindo-o na força de trabalho.

O segundo — Parecer nº 76/75 — também formativo-profissionalizante, acrescenta um outro conceito de habilitação profissional: "Um preparo básico para iniciação a uma área específica de atividade, em ocupação que, em alguns casos, só se definirá após o emprego". Trata-se de mais uma opção que, a partir de uma sólida educação geral, possibilita o ingresso no mundo do trabalho ou a continuidade, com uma melhor perspectiva em estudos superiores. Esta modalidade de habilitação centra-se em conhecimentos tecnológicos básicos e amplo de determinada área com uma parte operacional reduzida, a ser realizada em sala ambiente ou laboratório específicos.

A partir do consignado nestes Pareceres, os alunos matriculados no Ensino de 2º Grau podem — dependendo do sistema, porquanto alguns sistemas educacionais funcionam de forma incompatível com o espírito da Legislação do Ensino — escolher entre três opções de estudos em NÍVEL DE TÉCNICO, DE AUXILIAR TÉCNICO OU DE HABILITAÇÃO BÁSICA, caracterizadas da seguinte maneira:

- em nível técnico: consiste no preparo do aluno para o exercício de uma ocupação que envolve maior soma de conhecimentos técnicos complementados por uma grande parte operacional.
- Ex: Técnico em contabilidade
- Técnico em magistério
- Técnico em estatística
- Técnico em enfermagem
- em nível de auxiliar técnico: consiste num preparo do educando para o exercício de uma habilitação parcial, que requer menor soma de conhecimentos específicos dessa ocupação e igualmente menor parte operacional.
- Ex: Auxiliar de escritório
- Auxiliar técnico de mecânica
- Auxiliar técnico de eletricidade
- em nível de habilitação básica: consiste no preparo do educando para determinada área de que requer conhecimentos tecnológicos básicos e amplos sem prévia definição em relação a ocupação na Empresa.
- Ex: Habilitação básica em agropecuária
- Habilitação básica em administração
- Habilitação básica em comércio
- Habilitação básica em mecânica.

Portanto o ensino de 2º Grau, consoante o que estabelece os Pareceres 45/72 e 76/75 do CFE, deve ser ministrado através de unidades escolares devidamente estruturadas e conscientes das funções básicas anteriormente citadas.

Para tanto, deverão dispor de um conceito nítido e de uma organização didático-pedagógica e administrativa condizentes com as funções.

Destarte, os sistemas educacionais que souberam interpretar e seguir as orientações e suposições contidas nestes Pareceres e dispuseram de recursos suficientes para assegurar a consecução de um adequado ENSINO PROFISSIONALIZANTE, que é, no nosso entender, atingível, beneficiaram o adolescente e a sua comunidade.

Não obstante, aqueles que seguiram caminhos diferentes e/ou mais difíceis, ou seja, acederam à implantação de um 2º Grau Profissionalizante, sem atender para os pressupostos básicos intrínsecos à operacionalização deste ensino, sem, também, criar as condições sine qua non para o seu desenvolvimento, instituindo o

ensino de 2º Grau sem que as escolas contassem com recursos humanos, recursos materiais, recursos financeiros e organização e estrutura física e técnica-pedagógica, enganaram, desorientaram e prejudicaram visceralmente o educando e a comunidade, porquanto o objetivo da educação não é somente possibilitar ao educando o seu ingresso numa escola, mas também, incorporar nos planos do idealismo, porque nem todos que desejam estudar conseguem encontrar uma escola aberta às suas necessidades fundamentais como dessas humanas que são) mas, também, oportunizar a que ele vivencie um ensino que atenda e corresponda às suas necessidades, interesses e aspirações.

Portanto, temos duas colocações: a primeira relacionada com a concepção e implantação do Ensino Profissionalizante; a segunda relacionada com o problema de que são poucos os brasileiros que conseguem alcançar o Ensino de 2º Grau, e, se o fazem, encontram uma excecional barreira a inexistência de vagas nas escolas de 2º Grau e não menos frustrante que isto, um ensino de 2º Grau vazio e inconsequente.

No caso de Rondônia, parte desta toda que busca uma saída, o subsistema de ensino de 2º Grau, ou melhor, o ENSINO DE 2º GRAU PRECISA SER REORGANIZADO. Reorganizado em todos seus aspectos, envolvendo, principalmente, as demandas e necessidades educacionais, assim como todo o Universo Escolar.

O ensino de 2º Grau precisa ser organizado no sentido de:

- 1 — possibilitar a formação de técnicos que possam ser aproveitados no mercado de trabalho;
- 2 — possibilitar a formação de técnicos que possam ser eficientes e acreditados;
- 3 — atender as reais necessidades, interesses e aptidões dos jovens rondonianos;
- 4 — atender as reais necessidades do processo de desenvolvimento sócio-econômico de Rondônia;
- 5 — enfim, permitir que o jovem ingresse no mercado de trabalho, como um técnico devidamente habilitado e acreditado (terminalidade) ou esteja apto e disposto a conseguir — através de conhecimentos e habilidades adquiridos — abrir a porta que lhe dará o direito de cursar uma Faculdade (continuidade).

Para que isto seja possível é necessário que:

- 1 — o contexto escolar, atente para os fins da Educação Nacional, consignados no Art. 1º da Lei nº 4.024/61 e para os objetivos Geral e Específico do Ensino de 2º Grau, preconizados na Lei nº 5.892/71.

- 2 — O ensino de 2º Grau seja desenvolvido de acordo com o que estabelecem as Resoluções e Pareceres dos Conselhos Federal e Territorial de Educação;

- 3 — haja, após procedimento científico, extinção dos cursos que não correspondem às aspirações e interesses do jovem rondoniano, bem como as necessidades e perspectivas do processo de desenvolvimento sócio-econômico de Rondônia;

- 4 — um determinado curso seja implantado somente quando houver, na escola, condições reais de atendimento tendo em vista recursos humanos, recursos materiais, recursos financeiros, enfim, estrutura e organização compatíveis com a natureza e características do curso;

- 5 — Que se construa e/ou se instale Universidades Escolares de 2º Grau, tais como: Escola Agrícola, Centro Interscholares e Institutos de Educação;

- 6 — sejam realizados estudos e pesquisas a fim de que sejam conhecidos as reais aspirações e interesses dos alunos, bem assim as reais necessidades e perspectivas do mercado de trabalho;

- 7 — sejam realizados estudos e pesquisas que assegurem o acompanhamento e conhecimento da situação dos egressos do Ensino de 2º Grau;

- 8 — Os currículos e programas dos Cursos de 2º Grau, após estudos e pesquisas, sejam elaborados e/ou adequados à realidade de cada curso;

- 9 — o pessoal envolvido no Processo ENSINO-APRENDIZAGEM, Professores, Diretores, Supervisores e alunos, entre outros, participem da elaboração e/ou adequação dos Currículos e Programas;

- 10 — haja de forma constante e contínua, orientação e apoio Técnico-Pedagógico e Administrativo às Escolas;

- 11 — seja desenvolvida uma programação voltada para a orientação vital do aluno, incluindo:

- Orientação Social
- Orientação Biopsicológica
- Orientação Escolar
- Orientação Vocacional
- Orientação Profissional
- Orientação Religiosa
- Orientação Cívica
- Orientação Familiar

- 12 — seja desenvolvida uma programação que consubstancie ações de entrosagem e inter-complementariedade entre Escola e Empresas da Comunidade;

- 13 — haja um programa de formação e treinamento do pessoal técnico-pedagógico e administrativo.

Concluindo, sem no entanto ter tido a intenção de esgotar o assunto, podemos dizer que, consoante nosso entendimento, o ensino implantado tem que ser compatível com Rondônia, seu povo, sua gente. Se existe, tem que atender as aptidões e interesses do jovem rondoniano, bem como as necessidades e perspectivas do processo de desenvolvimento sócio-econômico de Rondônia.



História Antiga

Eduardo Pinheiro de Menezes

Quando se fala em História Antiga, o conceito de Território Federal surge quase sempre, controversamente, muitos se limitando a dizer que a verdade é que não sempre foi, realmente, do Brasil.

Quando aqui esteve o historiador Dr. Manoel Rodrigues Pereira autor de "Formação do Estado" e "Nos Seguros Amarelos" discutindo em seminário a possibilidade de reconstrução da estrada de ferro com as barras de ouro quando afirma que em 10 de julho de 1931 não houve Nacionalização da Estrada de Ferro mas uma tomada de posição "monopolista" da administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré abandonada pela administração estrangeira (tinha um tempo porque o contrato era com uma firma norte-americana os administradores eram ingleses americanos, canadenses, alemães, suíços e dinamarqueses) desde o dia 11 de junho às 24 horas.

São os fatos mencionados o historiador a termo nacionalização. Talvez estranhe que os nativos, índios, boiadeiros e fazendeiros não tenham dito que a estrada estava construída em terreno estrangeiro, mas não foi isto o que disseram realmente e defendemos naquele seminário; o que foi nacionalizada foi a administração da ferrovia que era chamada de ferrovia do diabo.

Para dar uma visão tão sugestiva ao livro apresenta justificativa no conteúdo do livro por que era uma ferrovia do diabo. Mas ele não o fez e também mencionou no seu livro, como Manoel B. Cruz também mencionou no livro História de Ferro Madeira-Mamoré, contendo fatos verdadeiramente surpreendentes do que foi o trabalho de construção da Estrada. Ambos poderiam ser mais realistas, fazendo relatos que pudessem ser, pelas palavras, considerados como verdadeiros.

Um engenheiro disse, melhor escrever, que cada tribo representa uma vida e que o povo das tribos estrangeiras era o mesmo povo do qual dependia, e de arripar os cabelos.

Acho que a criação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, trouxe um problema social, quando o tipo das atividades das colônias que se encaixavam para outro local, deixando em média 5 quilômetros e agora quando esse problema desapareceu, não restou mais primitiva local de

estabelecimento, causava outro problema, muito maior, quando o preço das utilidades chegou a cifras astronômicas, é verdadeiramente insuportável.

Por outro lado restava a ferrovia, ou melhor, a utopia e não vejo justificativas para tal procedimento que implicava em gastos, que de momento, o Brasil não tem condições de dispor.

Também está sendo criada o Museu que se pretende dar o nome de Alvaro Ferreira e instalá-lo num dos antigos armazéns da Estrada.

Devido à ideia arduamente e naquilo que possa contribuir ainda a disposição mais modernas próximas.

Sabe que a Professora Idéa Botelho trouxe do Rio muitos dos porteiros do VELHO, como no o chamaram nas muitas crônicas quando ele era vivo e eu tinha muitas cartas que me endereçava tratando sempre de assuntos do Território, os quais eu ligava desde muito antes de escrever História para a História de Rondônia.

Para contribuir para a História de Rondônia, história esta estreitamente ligada a vida de Alvaro Ferreira, vamos relatar alguns fatos que se perpetuam no 2º nível de História para a História de Rondônia.

O Território quando foi criado com o nome de Território Federal do Guaporé, em 1943, pelo Decreto-Lei nº 1.812 de 13 de setembro para essa expedição foi retirado do Estado do Amazonas 129.934 Km² e 218.344 Km² do Estado de Mato Grosso e na primitiva área era de 245.278 Km² e tinha 4 municípios a saber: Alto Madeira (Santo Antônio do Rio Madeira), Guajará Mirim, Lábrea e Porto Velho.

O município de Lábrea voltou em 31 de maio de 1944, pelo Decreto-Lei nº 1.850 no Estado do Amazonas e assim perdendo a área de 104.334 Km² daquele Município e com o Decreto Lei nº 1.470, de 17 de abril de 1946, mais tarde reunido com a Lei nº 1.547, de 9 de janeiro de 1951, foi incorporado ao município de Porto Velho, a área de Município de Santo Antônio do Rio Madeira que não foi nem considerado Distrito de Porto Velho.

É uma realidade que quando se pensa das ao Museu de Alvaro Ferreira, fora disso só o meu trabalho de então aquilo que foi necessário.

Cirurgião plástico no I.M.L.

A direção do Instituto de Medicina Especializada, com objetivo de oferecer a seus clientes maior número de especialidades médicas, trouxe ao Porto Velho o cirurgião plástico Sidney D'Andrade, co-assistente do Dr. Ivo Pinheiro, que desde longa-tempo está atendendo nessa Casa de Saúde Especializada.

O Dr. Sidney D'Andrade tem nessa cidade apenas 10 dias. Desde então a Cirurgia Plástica já está realizando as cirurgias necessárias quando da sua estada aqui em decorrência passados. Receberá como repatriado um uma das melhores e bem remuneradas dependências do I.M.L., afirmando de lá, estar surpreendido com a excelente padaria da casa de saúde, dizendo-se bastante tranquilo, em virtude de condições técnicas e equipamentos para realizar suas cirurgias. Vamos, então, a mais conversas com o cirurgião.

Sidney D'Andrade

1 — Qual a finalidade de cirurgias plásticas?

Corrige as deformidades congênitas e adquiridas, ou seja, cicatrizes, irregularidades no rosto, como também as lesões ou doenças congênitas nos crânios, desde o nascimento.

No caso de cirurgias plásticas estéticas, procuramos corrigir as deformidades faciais, retirando as excessivas de gordura, rugas, flacidez, realizando rejuvenescimento.

MINISTERIO DO INTERIOR TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDONIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAL A V I S O

A Comissão Permanente de Licitação de Material, leva ao conhecimento das firmas interessadas, regulamente cadastradas no registro de fornecedores deste Governo, e que estejam em dia com a entrega de materiais, referências a licitação anterior, realizadas por esta Comissão, torna público que fará realizar as seguintes Tomadas de Preços, para atender o Secretário de Finanças.

T. DE PREÇOS: DIA HORA
027/GPL-M 25.02.81 10:30

OBJETO: Material de Expediente.

Os Editais, especificações e demais esclarecimentos poderão ser obtidos das 14:00 às 18:00 horas, no seguinte endereço:

Comissão Permanente de Licitação de Material.
Rua: Henrique Dias, 307 anexo do Departamento de Material.

Porto Velho, 06 de fevereiro de 1981.

Altair da Rocha Simpson
Presidente da CPL-M

completo físico de qualquer região do corpo.

2 — Qual a idade ideal para a cirurgia plástica do rosto?

De 20 até 60 anos. Excepcionalmente pode-se operar abaixo desta idade.

3 — Quando se opera o rosto, perde a sensibilidade?

Não. Não há qualquer alteração.

4 — No caso de operação o rosto, a mulher pode amamentar? Engravidar?

Claro. O que a cirurgia retira é pequena porção da glândula, com pele e gordura, ou somente eleva o seio, a retina mantém a pele. Também poderá engravidar normalmente.

5 — Existe risco de amamentar os filhos? Como? Há algum perigo de câncer?

Sim. Quando se coloca uma prótese de silicone (de vários tamanhos e formas), em baixo das glândulas, não interferindo em nada. Nem prótese nem cirurgia, provoca câncer. Por isso, quando se opera retira-se, ressecta-se as glândulas inteiramente. Qualquer suspeita maligna é feita o exame.

6 — Qual a idade de operar a barriga? (Abdomen).

Após as gestações. Quando a mulher não tem mais filhos, para não interferir o resultado estético. Usa-se, caso exista, não tenha sido realizada, ligar as trompas no mesmo ato cirúrgico.

7 — A cirurgia de rugas no rosto, pescoço, pálpebras e seios, tem idade para se fazer?

Claro. A idade ideal é a própria paciente que determinar. Basta que qualquer ruga venha a interferir já está na hora. Ou então, as pálpebras operam-se em torno dos 30 anos e a face total entre os 40 e 50 anos.

8 — Múltiplas operações no mesmo que operam o rosto?

Não. Apenas rejuvenescimento. Não é a intenção.

9 — A cirurgia plástica do rosto também tem idade e dorada?

Sim, após os 17 anos. Tanto em homens como em mulheres, é totalmente seguro. Necessária internação por 24 horas somente.

10 — Existe outras cirurgias além destas? Quais?

Sim. Odontologia, que é a cirurgia de gestos labiais, mas com os dentes intactos. Há como. Orelhas em abalo, nas crianças após os cinco anos de idade. Aumento de seios e outras mais.

11 — Em resumo, como são realizadas as cirurgias que se deve fazer? Todas podem operar?

Todas as cirurgias são indolores. Podem ser realizadas sob anestesia local ou geral. O tempo da internação varia de 1 a 3 dias no máximo, e a recuperação é bastante rápida.

O período de 10 a 15 dias, pode ser considerado bom para total recuperação do paciente, e as cicatrizes são relativas.

O preço das cirurgias são variáveis. Cada caso é diferente, dependendo das necessidades de grandes poder aquisitivo. Pode-se também fazer 2 ou mais cirurgias em 1 só tempo, ou seja, abdomem e seios, nariz e rugas faciais, seio e nariz, etc.

Os problemas físicos, fisiológicos e psicológicos, obtêm-se resultados expressivos dando ao paciente oportunidade de qualidade e coexistência no meio social, integrando assim o indivíduo.

Ferrováriário Atlético Clube

Fundado em 10-07-43
Filial da Federação de Desportos de Rondônia
C.G.C. 05.908.736/0001
Av. 7 de Setembro, 268 — Telefone 221-1643
Porto Velho — Rondônia

NOVO ESTATUTO DO FERROVIÁRIO ATLÉTICO CLUBE

Capítulo I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO, FINS E PATRIMÔNIO

Art. 1º — O Ferrováriário Atlético Clube, neste Estatuto chamado Ferrováriário, é uma sociedade civil, fundada em 10 de julho de 1943, na cidade de Porto Velho, onde tem sede e fóra, com personalidade jurídica distinta da dos seus sócios, os quais respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela sociedade.

Art. 2º — A Sociedade, cujo prazo de duração é indeterminado, tem por fim:

I — defender os interesses dos sócios e pugnar por medidas acasaladoras de seus direitos;

II — desenvolver a educação física em todas as modalidades;

III — promover reuniões e diversões de caráter desportivos, social, cultural e cívico;

Art. 3º — O patrimônio do Ferrováriário é constituído pelos bens móveis e imóveis.

Art. 4º — No caso de dissolução do Ferrováriário, somente o Conselho Deliberativo poderá definir o destino de seu patrimônio, respeitados os móveis e imóveis sujeitos a legalização especial.

Capítulo II

Do Quadro Social

Art. 5º — Os sócios dividem-se, sem distinção de sexo, nas seguintes classes: Titulados e Contribuintes.

Art. 6º — Só poderá ser sócio do Ferrováriário quem:

I — gozar de bom conceito e tiver boa conduta;

II — não exercer ou não houver exercido atividades ilícitas;

III — não houver sido punido com eliminação de outra sociedade, congênere ou não, por ato desabonador.

Seção I

Dos Sócios Titulados

Art. 7º — Os sócios titulados dividem-se em:

- I — Beneméritos;
- II — Honorários;
- III — Remidos;
- IV — Patrimoniais.

§ 1º Os títulos de sócios Beneméritos e Honorários, só podem ser conferidos pelo Conselho Deliberativo.

§ 2º Os sócios Beneméritos, Honorários e Remidos, estão isentos individualmente, da contribuição pecuniária de caráter permanente;

§ 3º Os sócios ficarão isentos do pagamento de qualquer taxa, após pagamento integral do respectivo Título.

§ 4º Os títulos Remidos e Patrimoniais não tem prazo de validade determinados, sendo, portanto, permanentes os direitos assegurados aos seus possuidores, ressalvados no parágrafo.

§ 5º As pessoas menores de dezoito anos que adquirirem títulos Patrimonial ou Remido, antes da entrada em vigor do Presente Estatuto, adquirirão o gozar de todos os direitos adquiridos, sendo a situação do mesmo regularizada à medida em que forem completando a idade limite estabelecida na alínea C do art. 15.

Seção II

Da Admissão na Classe de Titulados

Art. 8º — Será Benemérito o sócio a quem esse título for conferido em atenção a serviços relevantes que tenha continuado a prestar ao Ferrováriário.

Art. 9º — A proposta para sócio Benemérito será apresentada ao Conselho Deliberativo pelo Conselho Diretor ou por cinco membros daquele Poder.

Art. 10º — O presidente do Conselho Deliberativo nomeará uma comissão de cinco membros para dar parecer sobre a proposta, que não poderá ser votada na sessão em que for apresentada.

§ 1º A comissão terá o prazo máximo de trinta (30) dias para dar o parecer.

§ 2º Recebido o parecer, o Presidente do Conselho submetê-lo-á à deliberação da referida poder em sua primeira reunião.

Art. 11º — A proposta para concessão do título de Benemérito, quando o parecer for favorável, só poderá ser posta em votação se presente, no mínimo, um terço da totalidade dos membros do Conselho Deliberativo e o título será concedido se o número de votos favoráveis corresponder, no mínimo a metade e mais um dos membros eleitos.

§ 1º Quando o parecer for contrário, a proposta só poderá ser posta em votação quando estiverem presentes, no mínimo dois terços da totalidade do Conselho Deliberativo e o título será concedido se o número de votos favoráveis corresponder, no mínimo, a um terço da máxima totalidade.

§ 2º O estatuto será secreto.

Art. 12º — Será sócio Honorário, Presidente ou Vice-Presidente de Honra a pessoa a quem esse título for conferido como homenagem excepcional ou em reconhecimento a relevantes serviços prestados ao Ferrováriário, ao esporte em geral ou ao país.

Art. 13º — A proposta para sócio Honorário, Presidente ou Vice-Presidente de Honra só poderá ser apresentada ao Conselho Deliberativo pelo Conselho Diretor e processada na forma dos Arts. 10 e 11.

Seção III

Dos Sócios Contribuintes

Art. 14º — Os sócios contribuintes, dividem-se nas seguintes categorias:

- I — Efetivos
- II — Temporários
- III — Especiais

Seção IV

Da Admissão, de Sócios Remidos, Patrimoniais e Contribuintes.

Art. 15º — Será sócio Remido ou Patrimonial aquele que tiver aprovada pela Diretoria e satisfazer as condições abaixo:

a) preencher a proposta, assinando-a de próprio punho;

b) atender as condições estabelecidas no artigo 6º;

c) ter mais de 18 (dezoito) anos de idade;

d) obrigá-lo ao pagamento do valor do respectivo Título, fixado pelo Conselho Deliberativo;

e) prestar as informações complementares julgadas pela Diretoria.

Parágrafo 1º Poderá ser permitido o pagamento do Título em cotas mensais, o sucessivas, acrescidas de uma taxa de manutenção, ambas fixadas pelo Conselho Deliberativo.

Parágrafo 2º O atraso em 3 cotas, o associado perderá o Título, bem como os valores pago até então.

Seção V

Da Admissão, Permanência, Transferência e Readmissão dos Sócios Contribuintes.

Art. 16º — Para ser admitido como sócio efetivo deverá o candidato ler a sua proposta aprovada pelo Conselho Diretor e satisfazer as condições abaixo:

a) preencher a proposta, assinando-a de próprio punho;

b) atender as condições previstas no art. 6º;

c) ter mais de 18 (dezoito) anos de idade;

d) obrigá-lo ao pagamento da joia e adiantamento da mensalidade fixada pelo Conselho Deliberativo;

e) prestar as informações complementares julgadas necessárias pelo Conselho Diretor;

f) apresentar, sendo menor, autorização paterna ou do responsável legal.

Parágrafo Único: O sócio Contribuinte que atrasar 3 mensalidades, estará automaticamente excluído do quadro social.

Art. 17º — Para ser admitido como sócio da categoria temporário, pelo prazo máximo de três (3) meses em cada ano, e com frequência individual.

Deverá o candidato atender às condições estabelecidas para o sócio efetivo, ficando isento do pagamento da joia, obrigando-se a pagar uma mensalidade fixada pelo Conselho Deliberativo.

Art. 18º — Para ser admitido como sócio especial, deverá o candidato atender às condições do artigo 15º, não podendo residir na cidade de Porto Velho; obrigando-se a pagar a joia e uma anuidade fixada pelo Conselho Deliberativo.

Art. 19º — As condições exigidas pelo artigo 6º serão obrigatoriamente cumpridas pela Comissão de Sindicância.

Art. 20º — A readmissão no Quadro Social processar-se-á de acordo com as mesmas normas estabelecidas para a ad-

missão, salvo em casos excepcionais, a julgo do Conselho Diretor.

Art. 21º — O Sócio Especial que passar a residir na cidade de Porto Velho, perderá o direito de permanecer nessa categoria, mas se nela houver permanecido por mais de três (3) anos ininterruptos, sem sofrer punição, poderá transferir-se para a de Efetivo, mediante o pagamento de cinquenta por cento (50%) do valor da joia, observadas as demais exigências do artigo 18º.

Art. 22º O quadro de Sócios Especiais será limitado pelo Conselho Diretor.

Seção VI

Das Pessoas da Família

Art. 23º — Para efeitos estatutários e de frequência, consideram-se pessoas da família do sócio:

a) esposa, mãe e, quando solteiras, irmãs, filhas e enteados;

b) irmãos, filhas, noras, enteadas e sogras que vivam sob a dependência moral e econômica do sócio, desquitadas ou viúvas.

Art. 24º — Para a inscrição da pessoa da família do sócio é preciso:

a) que a solicitação seja feita pelo sócio responsável;

b) que o candidato atenda às condições previstas no artigo 6º.

Art. 25º — As pessoas da família do sócio referidas nos artigos 23 estão sujeitas ao pagamento adiantado das taxas fixadas pelo Conselho Deliberativo.

Parágrafo Único: A pessoa da família do sócio, cuja inscrição for cancelada a pedido, só poderá ser novamente inscrita após seis (6) meses, no mínimo, da data da cancelamento.

Seção VII

Dos Direitos dos Sócios

I — Titulados

- a) Beneméritos
- b) Honorários
- c) Remidos
- d) Patrimoniais

II — Contribuintes:

- a) Efetivos
- b) Temporários
- c) Especiais

Dos Direitos dos Sócios

I — Titulados

Art. 26º — Os sócios usufruem das prerrogativas previstas neste Estatuto e poderão invocar os seus direitos perante os Poderes competentes do Ferrováriário.

Art. 27º — É assegurado aos sócios titulados e pessoas da família, quando inscritas, o direito de frequentar o Ferrováriário e o de comparecer a qualquer reunião desportiva ou social por ele promovida, subordinado sempre às normas estabelecidas neste Estatuto, frequentando inclusive quadras esportivas e piscinas.

II — Contribuintes

Art. 28º — Aos sócios contribuintes efetivos, Temporários e Especiais e pessoa da família, quando inscritas, o direito de frequentar o Ferrováriário, compreendendo sede social, subordinado sempre às normas estabelecidas neste Estatuto, ficando excluídos os quadros esportivos e piscinas.

Parágrafo Único: Os sócios contribuintes com (3) três mensalidades em atraso, serão excluídos do quadro social sem aviso prévio.

Seção VIII

Da Transferência de Títulos

Art. 29º Ocorrendo o falecimento do sócio Remido ou Patrimonial, seu título será transferido de pleno direito, sem qualquer ônus a uma das pessoas consideradas como pessoa da sua família.

§ 1º Para efeito da transferência mencionada neste artigo será obedecida a seguinte ordem de prioridade: cônjuge, filhos solteiros por ordem cronológica de idade, enteados menores de dezoito (18) anos, irmãs solteiras e as pessoas constantes da alínea "a" do artigo 23 na mesma ordem enumerada.

§ 2º Deixando de existir quaisquer das pessoas mencionadas no parágrafo anterior, o título passará à posse do Ferrováriário, para e simplesmente, sem nenhuma contestação judicial ou extra-judicial.

Art. 30º — Em caso de falecimento de sócio Remido ou Patrimonial, solteiro ou casado que não tenham solicitado inscrição da pessoa da família, o respectivo título passará à posse do Ferrováriário, sem que os seus possíveis herdeiros tenham sobre ele qualquer direito.

Art. 31º — O associado somente poderá solicitar a transferência do seu título, a outrem, por motivo de mudança para outro Estado da Federação ou para o exterior, e mediante o pagamento de uma taxa a ser fixada pelo Conselho Deliberativo.

Seção IX

Das Obrigações dos Sócios

Art. 32º — Constituem obrigações dos sócios:

I — contribuir para que o Ferrováriário promova a educação física moral, cultural e cívica de seus sócios;

II — dirigir-se em termos respeitosos aos membros do Conselho Diretor, dos Diretores e Sub-Diretores e portar-se com correção na sede e dependência do Ferrováriário;

III — evitar no Ferrováriário, manifestações sobre política ou religião;

IV — cumprir o Estatuto, os Regulamentos e as deliberações dos Poderes Competentes;

V — acatar os membros do Conselho Diretor, os Diretores e Sub-Diretores e atender aos seus representantes, ou sócios no exercício de funções regulamentares;

VI — acatar os representantes de entidades a que o Ferrováriário estiver filiado, quando no exercício de suas atribuições;

VII — adquirir o cartão social para comprovação de sua qualidade de sócio, atualizá-lo se necessário, a critério do Conselho Diretor, e apresentá-lo:

a) quando quiser ter ingresso na sede e dependência do Ferrováriário ou em reuniões por ele promovidas;

b) quando for solicitado por membros do Conselho Diretor, Diretores, sub-Diretores, sócios do Ferrováriário, no exercício de funções regulamentares;

VIII — Comunicar o Secretário, por escrito as alterações de endereço, profissão, estado civil e outros que afetem as declarações exigidas para a admissão e permanência no quadro social;

IX — Satisfazer, adiantadamente, as respectivas contribuições estatutárias, pela forma por que se obrigou, dentro dos primeiros dez dias do mês, trimestre, semestre ou ano e quitá-lo, dentro de trinta dias, de débito de qualquer natureza;

X — indenizar o Ferrováriário de qualquer prejuízo material que lhe causar;

XI — não usar, nas dependências sociais, distintivos de associações desportivas locais;

XII — cumprir e respeitar decisões de autoridades do Ferrováriário;

XIII — não competir contra o Ferrováriário em provas oficiais, salvo se autorizado pelo Conselho Diretor, antes do início da cada temporada desportiva.

Parágrafo Único — As disposições do presente artigo são extensivas a pessoas da família do sócio, admitidas a frequentar o Ferrováriário, no que lhe possam ser aplicáveis.

Seção X

Das Penalidades

Art. 33º — Os sócios são passíveis das seguintes penalidades:

- a) amonestação verbal
- b) amonestação escrita
- c) suspensão
- d) desligamento
- e) eliminação

Parágrafo Único: As pessoas da família do sócio também estão sujeitas às penalidades previstas neste ESTATUTO.

Art. 34º — A repetição de uma infração agrava a pena.

Art. 35º — Caberá a amonestação verbal ou escrita sempre que a infração não for aplicável outra penalidade.

Art. 36º — É passível da pena de suspensão o sócio que:

a) reincidir em infração já punida com amonestação verbal ou escrita;

b) atentar contra o conceito público do FERROVIÁRIO, por ação ou omissão;

c) promover discórdia entre sócios;

d) atentar contra o disciplina social;

e) fizer, de má fé, declaração falsa no pedido de inscrição de pessoas da família;

f) ceder a cartão de sócio ou recibos de contribuições sociais a outra pessoa, a fim de facilitar-lhe o ingresso no Clube;

g) desrespeitar na sede e dependências do clube qualquer membro investido de poderes para representá-lo ou no exercício de funções regulamentares;

h) praticar ato condenável ou ter comportamento inconveniente na sede e dependência do clube.

§ 1º — A pena de suspensão priva os sócios dos seus direitos, mantendo porém, as suas obrigações.

§ 2º — A pena de suspensão priva os sócios dos seus direitos, mantendo, porém, as suas obrigações.

Art. 37º — É passível da pena de desligamento o sócio que:

Ferrovário Atlético Clube

a) deixar de pagar as suas contribuições sociais durante três (3) meses consecutivos;
b) deixar de atender a qualquer das condições previstas no art. 6º;
c) cometer falta grave ou prejudicial aos interesses do FERROVIÁRIO.

Art. 38º — É possível a pena de eliminação do sócio que:

a) for condenado, em sentença passada em julgado, por ato desabonador;
b) cometer ato grave a moral social ou despojtiva ou contra superiores interesses do FERROVIÁRIO.

Art. 39º — O não cumprimento das obrigações previstas no item IX do artigo 32 e o sócio do ingresso na sede e dependências do FERROVIÁRIO.

Art. 40º — A falta de indenização dos prejuízos causados ao FERROVIÁRIO priva o sócio de todos os direitos estatutários. A indenização não exime o sócio da pena em que tenha incorrido.

Seção XII

Da Competência Para Aplicar Penas

Art. 41º — Ao Presidente do FERROVIÁRIO compete aplicar as seguintes penalidades:

- a) amonestação verbal;
- b) amonestação escrita;
- c) suspensão até seis (6) meses;
- d) desligamento (artigo 36, alínea "a").

Art. 42º — Qualquer membro do Conselho Diretor, em casos excepcionais, poderá privar o sócio dos seus direitos estatutários, comunicando a ocorrência ao Presidente, que, de vinte e quatro horas para resolver sobre a punição a ser aplicada.

Art. 43º — Ao Conselho Diretor compete aplicar as penas de desligamento (artigo 36, alínea "b" e "c") e de suspensão por mais de seis meses.

Parágrafo Único: Cabe ao Presidente do FERROVIÁRIO propor tais punições.

Art. 44º — São competentes para propor a pena de eliminação:

- a) O Conselho Diretor;
 - b) Cinco membros do Conselho Deliberativo, por intermédio do Conselho Diretor.
- Parágrafo Único: O Conselho Deliberativo só poderá tomar conhecimento da proposta de eliminação quando justificada.

Art. 45º — Ao Conselho Deliberativo compete aplicar a pena de eliminação.

Seção XIII

Dos Recursos

Art. 46º — Cabe ao sócio punido, no prazo de dez (10) dias, contados da respectiva ciência, o direito de pedir a reconsideração do ato ao Poder que aplicar a pena.

Art. 47º — Confirmada a punição cabe ao sócio o direito de recorrer ao poder imediatamente superior, até alcançar o Conselho Deliberativo.

Art. 48º — O recurso para qualquer Poder deve ser encaminhado pelo Presidente do FERROVIÁRIO.

Parágrafo Único: O Presidente do FERROVIÁRIO tem quinze (15) dias para encaminhar o que, por seu intermédio, for dirigido aos Poderes superiores.

Art. 49º — O Presidente do Conselho Deliberativo tem trinta (30) dias para submeter ao Conselho o recurso que lhe for dirigido.

Art. 50º — Nenhum sócio eliminado poderá ser readmitido sem o cancelamento da pena pelo Conselho Deliberativo.

§ 1º — O cancelamento da pena de eliminação só poderá ser solicitado pelo próprio eliminado, em qualquer época, por intermédio do Conselho Diretor.

§ 2º — O Cancelamento da pena de eliminação exigirá a votação favorável de metade e mais um da totalidade dos membros do Conselho.

Art. 51º — Os recursos estatutários são facultados, também, às pessoas da família do sócio, por intermédio deste.

Capítulo III

Dos Poderes e sua Organização

Art. 52º — São poderes do FERROVIÁRIO:

- I — a Assembleia Geral;
- II — o Conselho Deliberativo;
- III — o Conselho Diretor;
- IV — o Conselho Fiscal.

Art. 53º — A Assembleia Geral será constituída pelos sócios maiores de vinte e um (21) anos, dela não podendo participar os honorários e contribuintes.

SEÇÃO II

Do Conselho Deliberativo

Art. 54º — O Conselho Deliberativo, constituído de sócios maiores de vinte e um (21) anos, dos quais dois terços, pelo menos, de brasileiros natos ou naturalizados, eleitos em escrutínio secreto pela Assembleia Geral, com mandato de três (03) anos, será composto por:

- a) membros natos;
 - b) membros eleitos;
 - c) membros do Conselho Diretor.
- Art. 55º — Serão membros natos os Se-

neméritos.

Art. 56º — Os membros eleitos serão em número de vinte cinco (25) efetivos e dez (10) suplentes.

Parágrafo Único: São inelegíveis os sócios Temporários, honorários e contribuintes.

Art. 57º — O Conselho Deliberativo não poderá ficar com menos de vinte (20) membros eleitos e quando o quadro de suplentes for insuficiente para completar este número, convocar-se-á a Assembleia Geral a fim de preencher as vagas de efetivos e suplentes.

Art. 58º — A Mesa Diretora do Conselho Deliberativo será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, eleitos pelo Conselho, em escrutínio secreto.

Seção III

Do Conselho Diretor

Art. 59º — O Conselho Diretor constituir-se-á de um Presidente, que é o Presidente do FERROVIÁRIO, nove (09) Vice-Presidentes, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros.

§ 1º — O Presidente, com mandato de três (03) anos, será eleito pelo Conselho Deliberativo, em escrutínio secreto, sendo permitida a reeleição por mais dois (02) períodos.

§ 2º — Os Vice-Presidentes serão respectivamente:

- a) Administrativo;
- b) De Desportos;
- c) De Finanças;
- d) Social;
- e) De Patrimônio;
- f) Cooperativo;
- g) Cultural;
- h) Interesses Legais;
- i) Serviços Médicos.

§ 3º — Os Vice-Presidentes, Secretários e Tesoureiros serão indicados pelo Presidente do FERROVIÁRIO e a indicação será submetida à homologação do Conselho Deliberativo, em escrutínio secreto.

§ 4º — Os membros do Conselho Diretor serão auxiliados por Diretores e Sub-Diretores, aqueles nomeados pelo Conselho Diretor e estes pelo Presidente do FERROVIÁRIO.

Art. 60º — Será passível de perda de mandato o membro do Conselho Diretor que, sem motivo plausível, deixar de exercer as suas funções durante trinta (30) dias ou faltar a quatro (04) sessões consecutivas no mesmo Conselho.

Art. 61º — Cabe ao Presidente do FERROVIÁRIO, em seus impedimentos legais ou quando licenciado, designar um dos Vice-Presidentes para substituí-lo.

Art. 62º — Cabe ao Presidente do FERROVIÁRIO conceder a licença aos membros do Conselho Diretor e designar-lhes substitutos.

Parágrafo Único: As licenças não poderão exceder de noventa (90) dias, salvo quando autorizadas pelo Conselho Deliberativo.

Art. 63º — O Presidente do FERROVIÁRIO preencherá as vagas que ocorrerem no Conselho Diretor "ad referendum" do Conselho Deliberativo, para o fim previsto no alínea "c" do artigo 74.

Parágrafo Único: O Presidente terá a faculdade de não preencher as vagas que ocorrerem nos últimos seis (6) meses de seu mandato, exceto quando forem mais de duas.

Art. 64º — Se vagar o cargo de Presidente do FERROVIÁRIO, o Presidente do Conselho Deliberativo ou, em sua falta ou impedimento, o Vice-Presidente do mesmo poder assumir a presidência até a eleição para preenchimento do vago.

§ 1º — O Presidente interino poderá manter ou alterar o Conselho Diretor sem a homologação do Conselho Deliberativo.

§ 2º — O Presidente do Conselho Deliberativo, em exercício, deverá no prazo máximo de trinta (30) dias, convocar esse Poder para a eleição do novo Presidente do FERROVIÁRIO.

Art. 65º — O Conselho Diretor deverá reunir-se, no mínimo, uma vez em cada mês.

§ 1º — O Conselho Diretor só poderá decidir com a presença de, no mínimo, metade e mais um dos seus membros e as decisões serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, votando o Presidente em último lugar.

§ 2º — Em caso de empate, o Presidente terá voto de qualidade.

Art. 66º — Sem prejuízo das responsabilidades que cabem aos membros do Conselho Diretor, no exercício das respectivas funções, o Presidente será responsável, perante o Conselho Deliberativo, pela administração e a orientação geral do FERROVIÁRIO.

Parágrafo Único: Atendendo a esta responsabilidade, somente o Presidente do FERROVIÁRIO ou membro do Conselho Diretor por ele autorizado, poderá falar representando a orientação do referido Poder.

Seção IV

Do Conselho Fiscal

Art. 57º — O Conselho Fiscal, eleito trienalmente pelo Conselho Deliberativo, dentre os seus membros será composto de três (3) membros efetivos e três (3) suplentes, sendo estes substituídos, daquele da acordo com a antiguidade no Quadro Social.

Capítulo V

Da Competência dos Poderes

Seção I

Da Assembleia Geral

Art. 68º — Compete à Assembleia Geral, eleger, em escrutínio secreto o Conselho Deliberativo.

Parágrafo Único: Qualquer outro ato dela emanado será nulo ou inoperante.

Art. 69º — A Assembleia Geral reunir-se-á:

- I — ordinariamente, de 3 em 3 anos, no mês de junho, para eleger os membros do Conselho Deliberativo e seus Suplentes;
- II — extraordinariamente, em qualquer tempo, para preencher as vagas ocorridas no Conselho Deliberativo.

Art. 70º — A convocação para as reuniões da Assembleia Geral será feita pelo Presidente do FERROVIÁRIO e publicada na imprensa local com antecedência:

- I — cinco (05) dias, no mínimo, para a primeira convocação;
- II — dois (02) dias, para a segunda convocação.

§ 1º — A segunda e última convocação deve ser marcada para 48 horas seguintes à data marcada para a primeira convocação.

§ 2º — É necessária, para a realização da Assembleia em primeira convocação, a presença, até vinte minutos depois da hora marcada para o seu início, de um terço, no mínimo, dos sócios que a compoem.

§ 3º — A reunião, em segunda convocação, realizar-se-á com qualquer número.

Art. 71º — O Presidente do FERROVIÁRIO, ou o seu substituto legal, abrirá os trabalhos de instalação da Assembleia Geral solicitando, o seguir, a designação do sócio que deve assumir a sua presidência.

§ 1º — Escolhido o Presidente, este convocará dois sócios para Secretários e, além constituída o Mesa, pedirá a indicação de dois outros sócios para fiscais escrutinadores.

§ 2º — A escolha do Presidente e dos fiscais escrutinadores será por eleição ou seja aclamação, feita entre sócios não diretores.

Art. 72º — O resumo dos trabalhos de cada reunião será registrada em ata lavrada em livro especial, mandada redigir por um dos Secretários indicado pelo Presidente da reunião.

§ 1º — A Assembleia Geral delegará poderes a três dos sócios presentes durante toda a reunião para, em seu nome e em comissão conferirem e aprovarem a ata.

§ 2º — A Ata conterá as assinaturas do Presidente, dos Secretários e dos escrutinadores, bem como da comissão nomeada para conferir e aprovar a ata, depois da que produzirá os efeitos legais.

Seção II

Do Conselho Deliberativo

Art. 73º — A eleição para o Conselho

Deliberativo se processará por meio de chapas.

§ 1º — As chapas, encimadas por uma legenda alusiva a qualquer data ou acontecimento histórico do clube, da Estrada de Ferro Madera Mamoré ou de Rondônia, e contendo vinte e cinco (25) nomes para membros efetivos e dez (10) para suplentes, deverão ser registradas no Secretariado, entre 1º e 30 de maio.

§ 2º — O registro será solicitado ao Presidente do Clube em requerimento assinado, no mínimo, por dez (10) sócios, ficando os dois primeiros signatários credenciados para prestar esclarecimentos e tomar providências, que eventualmente se tomarem necessárias.

§ 3º — As chapas depois de verificadas estarem de acordo com as exigências do Estatuto e de receberem o voto do Presidente do Clube serão afixadas na Portaria.

§ 4º — No caso de haver exigência a ser cumprida, o Presidente do Clube, dentro do prazo máximo de setenta e duas (72) horas de apresentação da chapa convocará as sessões credenciadas para a ciência e necessárias providências, as quais deverão ser tomadas dentro de quarenta e oito (48) horas, sob pena de ser negado o registro.

§ 5º — É permitida a exclusão de nomes, bem como sua substituição por outros, que figurem em qualquer das chapas registradas.

§ 6º — A apuração será nominal, sendo

considerados nulos os votos cujos nomes não constem de qualquer das chapas registradas.

§ 7º — Em caso de empate, na votação, será considerado eleito o sócio mais antigo.

Art. 74º — Compete ao Conselho Deliberativo, Poder Soberano, órgão de manifestação coletiva dos sócios:

a) — resolver matérias que entendam diretamente com o existência do FERROVIÁRIO e qualquer assunto não atribuído a outro Poder;

b) — eleger em escrutínio secreto, o seu Presidente, Vice-Presidente e Secretários, o Presidente do FERROVIÁRIO e o Conselho Fiscal;

c) — homologar ou não, a indicação dos membros do Conselho Diretor feita pelo Presidente do FERROVIÁRIO;

d) — votar o orçamento anual;

e) — julgar os contas anuais do Conselho Diretor, o parecer do Conselho Diretor e dos Diretores;

f) — apreciar proposta do Conselho Diretor, fixando jôias, anuidades, mensalidades e taxas bem como a forma de pagamento das jôias;

g) — conferir títulos de Benemérito e Honofaria, Presidente ou Vice-Presidente do Honra;

h) — autorizar, ou não, a concessão de licença a membros do Conselho Diretor, por mais de noventa (90) dias;

i) — decidir sobre responsabilidades, lições e outras que gravem o patrimônio do FERROVIÁRIO;

j) — pelo voto favorável, julgar e aplicar sanções a membros do Conselho Diretor;

k) — conhecer e decidir pedidos de readmissão de sócios que tiverem cancelado a pena de eliminação;

l) — reformar o Estatuto, quando for expressamente convocada para esse fim, reconhecida, preliminarmente, a necessidade da reforma;

m) — aprovar a proposta do Conselho Diretor, quando à criação, supressão ou modificação de órgãos do Clube;

n) — deliberar sobre caso omissa no Estatuto;

o) — pelo voto favorável de quatro quintos, no mínimo, do número total de seus membros, em duas reuniões sucessivas, com intervalo não superior a trinta (30) dias, resolver sobre a dissolução do FERROVIÁRIO;

p) — em grau de recurso, reexaminar suas próprias decisões e conhecer e julgar os atos e decisões do Conselho Diretor nos casos previstos por este Estatuto.

Parágrafo Único: Qualquer assunto resolvido pelo Conselho Deliberativo só poderá ser renovado perante o mesmo conselho um ano.

Art. 75º — O Conselho Deliberativo reunir-se-á, convocada pelo seu Presidente:

- I — ordinariamente;
- a) — anualmente, na segunda quinzena de junho, para votar o orçamento do exercício seguinte;

b) — trienalmente, na segunda quinzena de junho, para eleger o Presidente do FERROVIÁRIO, membros do Conselho Fiscal, o seu Presidente, Vice-Presidente e Secretários;

c) — trienalmente, na primeira quinzena de julho, para dar posse ao Presidente do FERROVIÁRIO, homologar ou não a indicação por ele feita dos membros do Conselho Diretor e empossar os homologados;

d) — anualmente, na primeira quinzena de julho, para julgar as suas contas anuais do Conselho Diretor, o parecer do Conselho Fiscal e apreciar o relatório do Presidente do FERROVIÁRIO, dos membros do Conselho Diretor e dos Diretores;

e) — extraordinariamente:

- a) — sempre que necessário;
- b) — a requerimento, devidamente justificado, assinado por dez (10) membros do Conselho Deliberativo.

§ 1º — Nas reuniões ordinárias, lida e matéria da convocação; poder-se-á tratar, por proposta de qualquer Conselheiro, de assunto de interesse do FERROVIÁRIO, desde que o Presidente do Conselho, ou o maior representante pelo metade e mais um do número total dos membros do referido Poder, a considere objeto de deliberação.

§ 2º — Nas reuniões extraordinárias, tratar-se-á exclusivamente da matéria da convocação, reservado o disposto no artigo seguinte.

§ 3º — Nas reuniões a que se refere o alínea "b" do item II deste artigo, os quais deverão ser convocados no prazo máximo de trinta (30) dias, o Conselho Deliberativo examinará, preliminarmente, os motivos da convocação e só apreciará o mérito se tiver voto favorável, no mínimo, da metade e mais um da totalidade dos seus membros.

continua na página 8

Ferroviário Atlético Clube

(Continuação da Página 7)

§ 4º — Nas reuniões convocadas para apreciar propostas do Conselho Diretor, ficando jôias, anuidades, mensalidades, taxas e forma de pagamento das jôias, quando o parecer do Conselho Fiscal for favorável, a aprovação se fará pela maioria dos presentes; quando for contrário, haverá necessidade de votos favoráveis que correspondam numericamente, no mínimo, à metade e mais um dos membros eleitos do Conselho Deliberativo.

§ 5º — A ordem dos trabalhos do Conselho Deliberativo obedecerá ao Regime Interno por ele aprovado.

Art. 76º — Ao Presidente do Conselho Deliberativo é facultado, seja qual for o objeto da convocação, submeter matéria nova à deliberação desse Poder, quando entender simultaneamente que:

a — a matéria consulta os interesses do FERROVIÁRIO;

b — o adiamento acarreta perda da oportunidade;

c — o assunto não requer a ciência prévia e pública de todos os membros do Conselho.

Art. 77º — Para as reuniões ordinárias ou extraordinárias, a convocação será feita, pelo menos, em dois jornais e com antecedência:

a — de cinco dias, no mínimo, para a primeira convocação;

b — de três dias para a segunda e última convocação, feita esta dentro da quarenta e oito (48) horas seguintes à data marcada para a primeira.

§ 1º — Em primeira convocação só poderá ser aberta a sessão do Conselho Deliberativo com a presença da maioria absoluta de seus membros eleitos e, se não houver número legal até vinte (20) minutos após a hora marcada, encerrar-se-á o Livro de Presença.

§ 2º — Em segunda convocação a sessão realizar-se-á com qualquer número.

Art. 78º — O Presidente do Conselho será substituído, em seus impedimentos, pelo Vice-Presidente e, na falta deste, pelos Secretários e estes por membros do Conselho, convidados pelo Presidente da sessão.

Parágrafo Único: Em caso de ausência dos membros da Mesa, dirigirá os trabalhos um Conselheiro indicado pelo plenário.

Art. 79º — O Conselheiro eleito que faltar a três (03) reuniões consecutivas ou seis alternadas perderá o mandato, salvo se o Presidente do Conselho Deliberativo aceitar a justificativa.

Art. 80º — Será também computada como falta, para aplicação do disposto no artigo anterior, reincidir:

a — na ausência antes do encerramento da sessão;

b — na ausência a qualquer reunião de uma sessão permanente.

Art. 81º — Sempre que ocorrer falta no Conselho será convocada pelo Presidente o suplente mais antigo no quadro social.

Seção III

Do Conselho Diretor

Art. 82º — Compete ao Conselho Diretor:

I — dirigir o FERROVIÁRIO;

II — aceitar ou não a indicação, feita pelo Presidente, dos Diretores e dos membros da Comissão de Sindicância;

III — resolver, em escrutínio secreto, sobre admissão e readmissão de sócios, podendo exigir as informações que julgar convenientes;

IV — permitir que pessoas não compreendidas na definição estatutária possam ser consideradas como pessoas pertencentes à família do sócio;

V — impor penalidades;

VI — regular o direito de frequência;

VII — resolver sobre requerimentos de sócios, quando a matéria escapar às atribuições da Presidente do FERROVIÁRIO;

VIII — designar os Diretores que constituirão a Comissão de Sindicância;

IX — propor ao Conselho Deliberativo:

a) concessão de títulos de Benemérito, Honrário, Presidente e Vice-Presidente de Honra;

b) fixação das jôias, anuidades, mensalidades e taxas, bem como a forma de pagamento das jôias;

c) reforma ou emenda do Estatuto;

d) decisão sobre caso omissão no Estatuto.

X — organizar os orçamentos anuais, por departamentos administrativos, com o estimativo da Receita e fixação da Despesa;

XI — autorizar "ad referendum" do Conselho Deliberativo e por proposta do Presidente do Ferroviário, os verbos necessários a pagamentos inadmissíveis e não previstos, solicitando a convocação do Conselho dentro de quarenta e oito (48) horas após a autorização;

XII — elaborar regulamentos e regulamentos;

XIII — estabelecer para os sócios das demais categorias de contribuintes;

XIV — autorizar a assinatura dos contratos de locação de pedanções, arrendáveis e outras que envolvam responsabilidade financeira para o Ferroviário;

XV — estabelecer as normas reguladoras da frequência dos sócios jovens, infantis e das pessoas da família dos sócios;

XVI — em caráter excepcional e na forma prevista no artigo 48 eximir o sócio de responsabilidade decorrente de aplicação do Estatuto ou transigir com ele em compromissos assumidos com o FERROVIÁRIO;

XVII — apresentar proposta ao Conselho Deliberativo criando, suprimindo ou modificando os órgãos do Clube;

XVIII — resolver caso urgente omissão no Estatuto, "ad referendum" do Conselho Deliberativo;

XIX — fornecer ao Conselho Fiscal todas as informações e documentos por ele solicitados.

Seção IV

Do Presidente do Ferroviário

Art. 83º — São atribuições do Presidente do FERROVIÁRIO:

I — administrar o FERROVIÁRIO, fazer executar suas próprias deliberações, as dos Conselhos Deliberativos e Diretor e fazer cumprir o Estatuto, os regulamentos e regimentos;

II — convocar reuniões da Assembleia Geral e do Conselho Diretor, presidindo os trabalhos desta e as de instalação daquele e solicitar convocação extraordinária do Conselho Deliberativo do seu Presidente;

IV — resolver sobre demissões, licenças, transferências de classes e categorias e inclusão da família definidas no artigo 23;

V — expedir carteiros previstos no Estatuto e cartões de frequência temporária, quando julgar que essa demonstração de oprime atende a interesse do FERROVIÁRIO;

VI — aplicar penas e tornar efetivas as impostas por outro Poder;

VII — resolver sobre requerimentos de sócios;

VIII — conceder exoneração aos membros do Conselho Diretor exonerá-los e licenciá-los até noventa (90) dias;

IX — propor ao Conselho Diretor a nomeação dos Diretores;

X — nomear, conceder exoneração, exonerar e licenciar os Sub-Diretores;

XI — contratar, suspender e dispensar empregados do FERROVIÁRIO;

XII — rubricar os livros da Secretaria e da Tesouraria;

XIII — assinar:

a) — os contratos autorizados pelo Conselho Diretor;

b) — com o Tesoureiro, cheques, ordens de pagamento ou qualquer outro documento, não compreendido na alínea "a" que envolva responsabilidade financeira;

c) — com o Primeiro Secretário, os diplomas honoríficos, os cartões de frequência e as atas das sessões do Conselho Diretor;

XIV — autorizar as despesas previstas no Orçamento e ordenar o respectivo pagamento;

XV — ceder, ocasionalmente, a título oneroso, qualquer dependência ou material do FERROVIÁRIO, de acordo com o Regulamento do Patrimônio;

XVI — nomear delegados e representantes do FERROVIÁRIO;

XVII — fazer publicar os regulamentos e regimentos e elaborados pelo Conselho Diretor, baixando as instruções necessárias à sua execução;

XVIII — decidir "ad referendum", casos de urgência, da competência do Conselho Diretor;

XIX — autorizar, por escrito, a execução de atos administrativos, mesmo os de caráter reservado, principalmente os seus efeitos repercutem nos direitos e obrigações dos sócios;

XX — divulgar os atos administrativos;

XXI — representar o FERROVIÁRIO em Juízo e fora dele, podendo constituir mandatários;

XXII — transferir aos Vice-Presidentes atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto.

Parágrafo Único: A cessão de dependência ou material do FERROVIÁRIO só poderá ser feita mediante indenização.

Seção V

Das Vice-Presidentes

Art. 84º — São atribuições das Vice-Presidentes, respectivamente, representar o Presidente em tudo que se relacione com:

I — os serviços de Secretaria, expediente e comunicações, publicidade e propaganda;

II — a educação física e desportos, coordenando iniciativas e realizações;

III — as finanças, economia, aplicação

das dotações orçamentárias e créditos extraordinários;

IV — as atividades sociais propriamente ditas, coordenando iniciativas e zelando pela sua execução;

V — o patrimônio e conservação dos bens do FERROVIÁRIO;

VI — de assistência aos sócios e respectivos famílias;

VII — as atividades culturais;

VIII — os assuntos de ordem legal de qualquer origem ou natureza;

IX — os assuntos de ordem médica de qualquer origem ou natureza.

§ 1º — O Vice-Presidente do Patrimônio será assistido por uma Comissão, constituída de três (03) membros especializados, a qual cobrará opinião sobre toda e qualquer obra ou reforma no Clube e fiscalizar a sua execução.

§ 2º — O Vice-Presidente de Desportos terá a cooperação de um Diretor de Futebol e um Diretor de Esportes de Quadro, com atribuições previstas em regulamento.

§ 3º — O Vice-Presidente Social terá a cooperação de dois Diretores Sociais e dois Diretores Recreativos.

Seção VI

Das Secretarias

Art. 85º — São atribuições do Primeiro Secretário:

I — redigir e assinar as atas das sessões do Conselho Diretor, os avisos, as convocações e a correspondência;

II — expedir avisos aos sócios em débito;

III — assinar com o Presidente do FERROVIÁRIO, os documentos referidos na alínea "c" do item XIII do artigo 83;

IV — supervisionar os trabalhos da Secretaria.

Art. 86º — São atribuições do Segundo Secretário:

I — substituir o Primeiro Secretário em seus impedimentos;

II — exercer as funções que lhe forem cometidas pelo Presidente do FERROVIÁRIO;

III — organizar o cadastro dos sócios.

Seção VII

Das Tesourarias

Art. 87º — São atribuições do Primeiro Tesoureiro:

I — dirigir a arrecadação da Receita do FERROVIÁRIO e supervisionar os trabalhos da Tesouraria;

II — ter sob sua guarda e responsabilidade valores pertencentes ao FERROVIÁRIO;

III — determinar o pagamento das despesas autorizadas, verificando antes a sua exatidão;

IV — assinar, com o Presidente do FERROVIÁRIO, os documentos referidos na alínea "b" do item XIII do artigo 83;

V — apresentar ao Vice-Presidente da Finanças:

a) — relação de sócios em atraso, incursos na pena de desligamento;

b) — balanços demonstrativos da Receita e Despesa das atividades desportivas e sociais;

c) — diariamente, o movimento financeiro;

d) — mensalmente, a relação de sócios existentes, licenciados e desligados;

VI — apresentar ao Conselho Fiscal, por intermédio do Vice-Presidente de Finanças, os balanços mensais da situação patrimonial e financeira;

VII — organizar, anualmente o Balanço Patrimonial e financeiro.

Art. 88º — São atribuições do Segundo Tesoureiro:

I — substituir o primeiro tesoureiro em seus impedimentos e auxiliá-lo sempre que solicitado;

II — dirigir o Almoxarifado, zelar pela conservação do material existente e controlar os serviços de compra, entrada e saída de material, apresentando ao Vice-Presidente de Finanças:

a) — o movimento diário dessa seção;

b) — o inventário anual;

III — organizar e manter o tombamento geral do FERROVIÁRIO;

IV — controlar o serviço de fiscalização de ingresso dos sócios e suas famílias.

Seção VIII

Das Diretores e Sub-Diretores

Art. 89º — São atribuições dos Diretores e Sub-Diretores:

I — auxiliar os membros do Conselho Diretor em todas as suas atividades;

II — desempenhar as funções que lhes forem atribuídas pelos respectivos Vice-Presidentes.

Seção IX

Do Conselho Fiscal

Art. 90º — Compete ao Conselho Fiscal:

I — examinar os balanços mensais da Tesouraria e dar parecer escrito sobre os mesmos, enviando cópia aos Presidentes do

Conselho Deliberativo e do FERROVIÁRIO;

II — dar parecer sobre o orçamento anual e ser apresentada ao Conselho Deliberativo;

III — dar parecer sobre qualquer pedido de complementação de verba e fixação de jôias, anuidades, mensalidades e taxas anuais, propostos pelo Conselho Diretor;

IV — examinar a contabilidade e o balanço anual do FERROVIÁRIO dando parecer escrito sobre as contas a serem julgadas pelo Conselho Deliberativo;

V — vagando o cargo de Vice-Presidente de Finanças, dar parecer sobre os balanços e a contabilidade do FERROVIÁRIO, até a data vaga;

VI — sugerir e justificar ao Conselho Deliberativo, sanções a membros do Conselho Diretor, quando encontrar irregularidades nas contas examinadas.

Seção X

Da Comissão de Sindicância

Art. 91º — A Comissão de Sindicância será constituída de Diretores designados pelo Presidente do FERROVIÁRIO.

Art. 92º — Compete aos Diretores de Sindicância dar parecer sobre:

a) — propostas de admissão e readmissão de sócios;

b) — as pedidas de inclusão de pessoas da família;

c) — os pedidos de licença do quadro social;

d) — as transferências de classe ou categorias;

§ 1º — o parecer deverá ser dado no prazo máximo de dez (10) dias devendo o processo, em seguida ser devolvido ao Presidente do FERROVIÁRIO para despacho e encaminhamento ao Conselho Diretor.

§ 2º — havendo nos casos previstos nas alíneas "b", "c" e "d", desse artigo, divergência entre a conclusão do parecer e a opinião do Presidente do FERROVIÁRIO, ou quando este o julgar conveniente, o processo será submetido ao Conselho Diretor, que decidirá em escrutínio secreto.

Capítulo VI

Das Finanças

Art. 93º — A vida financeira do FERROVIÁRIO processar-se-á rigorosamente dentro de um orçamento organizado anualmente pelo Conselho Diretor, com assistência e parecer do Conselho Fiscal e aprovação do Conselho Deliberativo.

§ 1º — Somente com parecer do Conselho Fiscal e autorização expressa do Conselho Deliberativo poderão as despesas excederem as dotações orçamentárias.

§ 2º — O Conselho Fiscal é responsável pela observância desse artigo.

Art. 94º — Constituição Receita:

I — as contribuições sociais, jôias, anuidades e mensalidades;

II — produto de aluguel de instalações sociais e desportivas;

III — a renda das seções desportivas;

IV — o produto da venda de material de qualquer natureza;

V — a renda dos serviços internos e externos;

VI — as multas;

VII — os donativos de qualquer natureza.

Art. 95º — Constituição Despesa:

I — os impostos e taxas;

II — os salários e gratificações a empregados;

III — as aquisições de material de consumo;

IV — o custeio de festas, jogos e diversões;

V — a conservação dos bens móveis e imóveis;

VI — os gastos com serviços internos e eventuais de qualquer natureza.

Parágrafo Único: É vedada a contribuição à custa dos cofres sociais para qualquer fim que não sejam de interesse do FERROVIÁRIO.

Capítulo VII

Das Regulamentos, Regimentos, Instruções e Avisos

Art. 96º — As disposições do presente Estatuto serão completadas pelos regulamentos, regimentos internos e instruções que forem expedidos para consecução imediata de seus objetivos.

Parágrafo Único: Os regulamentos e os regimentos internos, elaborados pelo Conselho Diretor, e as instruções, baixadas pelo Presidente do FERROVIÁRIO, deverão ser publicadas no Noticiário TRICOLOR.

Art. 97º — As medidas transitórias que se impuserem, a critério do Conselho Diretor ou do Presidente do FERROVIÁRIO, na conformidade das respectivas atribuições, deverão ser divulgadas por meio de publicação no Noticiário Tricolor, e afixação no quadro de avisos tornando-se, desde logo, obrigatórias para todos os efeitos.

(Continua na Página 9)

Ferroviário Atlético Clube

(Cancelação)

Capítulo VIII Disposições Gerais

Art. 89º — Nenhuma proposta a ser submetida à deliberação do Conselho Deliberativo ou do Conselho Diretor, seja qual for o objetivo ou a forma de que se revista, só poderá ser assinada por mais de dez (10) sócios, Conselheiros ou não ter andamento, ressalvado o disposto na alínea "b" do item II do artigo 75.

Art. 89º — A manifestação do sócio pelo voto é pessoal, sendo proibido usar esse direito por procuração.

Art. 100º — O Conselho Diretor poderá organizar e manter os serviços internos que for convenientes, excetuando-se diretamente ou por meio de contratos com terceiros, assegurada ao FERROVIÁRIO, neste caso, a necessária fiscalização.

Art. 101º — O Conselho Diretor poderá permitir jogos de cartas nas dependências do Clube, obedecendo e rigorosamente as normas legais sobre a matéria.

§ 1º — Só os sócios do Clube poderão deixar participar, cumprindo as instruções que o Conselho Diretor expedir.

§ 2º — O Conselho Diretor poderá suspender, sempre que julgar conveniente, em parte ou no todo, os jogos de cartas.

§ 3º — O Conselho Diretor indicará quais os jogos que permitirá no FERROVIÁRIO.

Art. 102º — O pavilhão do FERROVIÁRIO será constituído por duas partes iguais, encarnada a superior e verde a inferior, separadas iguais por uma faixa branca e tendo no meio, traçadas em branco, o escudo e monograma do FERROVIÁRIO.

Art. 103º — O pavilhão, a fâmula, os uniformes e os distintivos do FERROVIÁRIO deverão estar de acordo com os desenhos aprovados pelo Conselho Deliberativo.

Art. 104º — Em capítulo suplementar serão incluídas as disposições que por força de lei deverão constar obrigatoriamente do texto.

Parágrafo Único: Essas disposições serão publicadas no Noticiário Tricolor e anexadas ao Estatuto.

Art. 105º — Os mandatos do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Conselho Diretor, com a aprovação da presente reforma deste Estatuto, terá seus mandatos prorrogados até 10 de julho de 1982.

Art. 107º — O presente Estatuto, aprovado em Assembleia Geral de 10 de julho de 1980, dentro das normas estatuídas pela mesma Assembleia Geral constitui a Lei Orgânica do FERROVIÁRIO que todos os sócios são obrigados a cumprir.

Confere com o original.
Em 05/Julho/1980

Sebastião Nascimento Lapa
Secretário

IPIRANGA ESPORTE CLUBE ASSEMBLEIA GERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do IPIRANGA ESPORTE CLUBE no uso de sua competência de acordo com o Artigo 66º dos Estatutos, CONVOCA os sócios patrimoniais, remidos e contribuintes efetivos, maiores de 21 anos, em pleno gozo de seus direitos, para reunião da Assembleia Geral a realizar-se no próximo dia 12 (quinta-feira) às 20:00 horas em 1a convocação ou uma hora após com qualquer número, a fim de eleger 20 membros do Conselho Deliberativo e 10 Suplentes, para o mandato de 1981/83.

Porto Velho, 04 de fevereiro de 1981

Waldemar de Almeida
Presidente

(4, 8 e 12)

COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO — CFP

AVISO

TOMADA DE PREÇOS NR. 001/81 — AGMAT/SAGRO

OBJETO — Contratação dos serviços de conservação, limpeza e vigilância armada do imóvel desta autarquia, no Território Federal de Rondônia.

ABERTURA — 24 de fevereiro de 1981, às 15:00 horas.

LOCAL — Av. Carlos Gomes — 1578 — Porto Velho — RO.

EDITAL — A disposição dos interessados no endereço supra citado, no horário normal de expediente.

Porto Velho, 04 de fevereiro de 1981.

Estevão Edmar Haddad Camaleiro

Presidente da Comissão de Licitação

Portaria: CFIPIAGMAT NR. 001/81

Educação terá Vestibular

Os cursos do Núcleo de Educação em convênio com a Universidade do Pará, são realizados através de convênio com o Governo Federal do Território de Rondônia — Secretaria de Educação e Cultura e a UFPA, renovado em fins de 80 com o compromisso de transformar o Núcleo de Educação em Faculdade de Educação objetivando a futura Universidade Federal de Rondônia (Unir), e a interiorização do Ensino Superior criando extensões do núcleo nas sedes municipais.

Em 1981, os municípios de Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Buena, Vilhena e Porto Velho, oferecerão 800 vagas nos cursos de Ciências, Geografia, Letras, Português, História, Inglês, Matemática, Estudos Sociais. Os editais para vestibular e matrículas serão divulgados nos próximos dias; a realização do exame vestibular terá lugar nos próprios municípios e será acompanhado por técnicos da UFPA.

Colégio Dom Bosco

Rua Almirante Barroso, 969-221-6503
Porto Velho

Matriculas

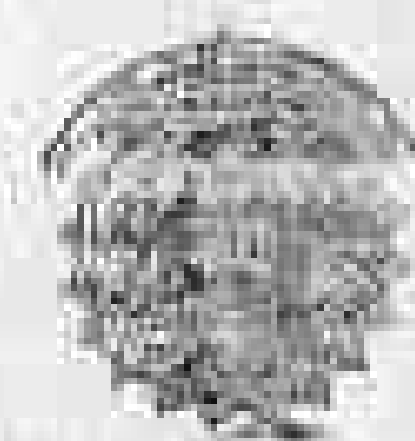
A Diretoria do Colégio Dom Bosco comunica a quem estiver interessado, que as Matrículas para o ano letivo de 1981, continuam abertas até o preenchimento das vagas.

O Colégio mantém os seguintes cursos:
Manhã: 1º Grau da 4a. a 8a. série
2º Grau 1a. a 2a. série (curso colegial)
Noite: 2º Grau 2a. e 3a. série (curso colegial) com preparação para o vestibular.

Início das aulas

O início das atividades escolares está marcado para o dia 3 março p.v. contrariamente a quanto tinha sido comunicado anteriormente.

Pe. MIGUEL SABATELLI
Diretor



MINISTÉRIO DO INTERIOR TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDONIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAL

AVISO

A Comissão Permanente de Licitação de Material, leva ao conhecimento dos interessados, regularmente cadastrados no registro de fornecedores deste Governo, e que estejam em dia com o entrega de materiais, referências a licitação, anteriores, realizadas por esta Comissão, torna público que fará realizar as seguintes Tomadas de Preços, p/ atender a Secretaria de Agricultura-SA.

T. DE PREÇOS DIA HORA
025/CPL-M 25.02.81 9:30

OBJETO

Adubo químico, fungicida, inseticida, formicida, adesivo, Herbicida, superinfotato triplo, sulfato de zinco, carvão para enxada e fita plástica transparente.

T. DE PREÇOS DIA HORA
025/CPL-M 25.02.81 10:00

OBJETO

Material de Expediente e limpeza.

Os Editais, especificações e demais esclarecimentos poderão ser obtidos das 14:00 às 18:00 horas, no seguinte endereço:

Comissão Permanente de Licitação de Material

Rua Henrique Dias, 387 anexo ao Departamento de Material.

Porto Velho, 06 de fevereiro de 1981.

Altamir da Rocha Simpson
Presidente da CPL-M

Ginásio ou Científico

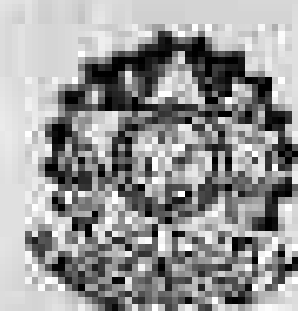
EM 5 OU 6 MESES POR CORRESPONDÊNCIA
DIPLOMA VALIDO PARA FACULDADE
INFORMACOES: 1. B. Caixa Postal 851 — Juiz de Fora MG
CEP 35.100

(De 7 a 17)

Por motivo de viagem

Uma casa nova de alvenaria toda equipada e montada, com dois quartos, uma sala de estar, cozinha, banheiro, quarto 2 (duas), varandas de frente para o asfalto, dentro da porta, iluminada na rua, Ampla, próxima a rua Rio Madeira. Preço a combinar. A visitar em Av. Manoel Machado nº 741 na LDB-Decorar no Joranda II — 12:00 às 18:00, horas com o sr. Lucio Pinheiro Filho.

T. 3.110



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Anexo à portaria SRRF/2a n.º 026 de 26 de Janeiro de 1981

Escala de prazos para entrega das declarações de rendimentos relativos ao exercício de 1981

Forma de Tributa-ção	Mês de Encer-ramento da período-base	NATUREZA JURÍDICA	Não sujeitas a antecipação (Duodécimos ou parcelas)		Sujeitas a antecipação (Duodécimos ou parcelas)	
			Entrega até	Vencimento La quota	Entrega até	Vencimento La quota
Lucro auferido	Dezembro	TODAS	06/02	08/03	27/02	20/03
Isentas Reduzidas Receita Bruta	Dezembro	Satisfeitas as condições do DL N.º 1.780/80, todas as naturezas jurídicas, excetuadas as soc. por ações	27/02	—	—	—
Lucro Presumido	Dezembro	Empresas individuais, sociedades em nome coletivo e sociedades por quotas de responsabilidade limitada que podem optar pela tributação com base no lucro presumido	13/03	12/04	27/03	20/04
Lucro Real Com ou sem imposto a pagar	Até Novembro	Todas	20/03	19/04	20/03	20/04
	Dezembro	Despesas Individuais e sociedades em nome coletivo	27/03	26/04	31/03	20/04
		Demais Sociedades exceto as por Ações	30/04	30/05	28/04	20/05
		Sociedades por Ações	29/05	28/06	29/05	20/06

Banco da Amazônia S.A./BASA

Avenida Presidente Vargas, 800 — Belém, Pará, Companhia
Aberta / DEMEC / RCA — 200 — 76/311-08/11/76 — Carta
Patente N.º 3.369/00001 — C.G.C. N.º 04.902.979/0001-44

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 1980

ATIVO	EXERCÍCIO (Em Cr\$ 1.000,00)		PASSIVO	EXERCÍCIO (Em Cr\$ 1.000,00)	
	CORRENTE	ANTERIOR		CORRENTE	ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Disponibilidades	21.419.478	14.758.482	DEPÓSITOS	17.037.900	11.845.391
OPERACÕES DE CRÉDITO			Depósitos à Vista	11.509.579	6.825.736
Empréstimos e Títulos descontados	1.845.204	178.472	Depósitos à Prazo	11.191.762	6.014.719
Financiamentos Rurais	14.532.313	10.101.188	(Despesas a Apropriar)	338.063	937.072
(Rendas a Apropriar)	12.473.075	8.788.543	RELAÇÕES INTERBANCÁRIAS E INTERDEPARTAMENTAIS	(19.046)	(126.055)
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	2.320.700	1.433.363	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	406.597	770.973
RELAÇÕES INTERBANCÁRIAS E INTERDEPARTAMENTAIS			Cobrança Efetuada em Trânsito	5.475	4.535
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.708.754	1.001.532	Correspondentes no Exterior em Moedas Estrangeiras	111.329	57.546
Correspondentes no Exterior em Moedas Estrangeiras	28	136	Correspondentes em Moeda Nacional	79.614	571.694
Correspondentes em Moeda Nacional	888.088	982.141	Ordens de Pagamento	3.649	8.214
Contas Interdepartamentais — País	3.113	9.128	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	206.530	128.984
CRÉDITOS DIVERSOS			Retenções e Empréstimos no Banco Central	3.442.408	2.944.755
Banco Central — Recolhimentos e Depósitos	817.515	10.129	Obrigações por Empréstimos no País	2.113.830	1.162.822
Adiantamentos Sobre Contratos de Câmbio	3.472.824	3.407.196	Obrigações por Empréstimos Externos	1.348.467	1.815.769
Cambiais e Documentos a Prazo, em Moedas Estrangeiras	993.685	1.942.670	Obrigações em Moedas Estrangeiras	17.378	5.643
Outros Créditos em Moeda Nacional	1.207.089	873.550	(Despesas a Apropriar)	13.238	
Outros Créditos em Moedas Estrangeiras	72.221	51.567	OBRIGAÇÕES POR RECEBIMENTOS — TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS	(48.445)	(40.478)
(Renda a Apropriar)	55.871	105.457	OUTRAS OBRIGAÇÕES		
VALORES E BENS			Provisão para Pagamentos	420.462	150.560
Títulos de Renda Fixa	60.593	65.114	Obrigações Diversas em Moeda Nacional	1.258.774	953.367
Valores em Moedas Estrangeiras	32	68	Obrigações Diversas em Moedas Estrangeiras	558.747	503.756
Outros Valores e Bens	585	1.068	(Despesas a Apropriar)	795.593	394.794
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
OPERACÕES DE CRÉDITO			DEPÓSITOS		
Empréstimos e Títulos Descontados	11.926.750	6.092.008	Depósitos a Prazo	13.197.983	6.677.084
Financiamentos Rurais	11.911.445	6.081.539	(Despesas a Apropriar)	10	398
Crédito em Liquidação	8.068.544	3.851.311	(Despesas a Apropriar)	17	412
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	3.842.952	2.429.789	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	(7)	(24)
(Rendas a Apropriar)	(198.200)	(85.595)	Obrigações por Empréstimos no País	13.197.973	6.676.896
CRÉDITOS DIVERSOS			Obrigações por Empréstimos Externos	10.175.715	5.378.575
Outros Créditos em Moeda Nacional	438	842	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
VALORES E BENS			Capital Social	4.793.585	3.392.125
Títulos de Renda Fixa	14.867	9.607	Reservas de Capital	2.229.720	1.503.117
Valores em Moedas Estrangeiras	14.867	9.607	Reservas e Retenção de Lucros	1.490.357	989.465
Outros Valores e Bens	1.883.240	886.110	Lucros ou Prejuízos Acumulados	732.612	724.848
PERMANENTE				346.896	174.595
INVESTIMENTOS					
Outros Investimentos	166.860	35.934			
IMOBILIZADO					
Imóveis de Uso	1.484.074	821.224			
Imobilizações em Curso	1.461.963	787.320			
Outros Bens de Uso	82.836	72.087			
(Provisão para Depreciação)	296.553	153.521			
DIFERIDO					
Despesas de Organização e Expansão	(337.378)	(181.704)			
(Provisão para Amortização)	32.306	8.892			
	41.911	11.078			
	(9.805)	(2.186)			
	35.029.468	21.714.600			

35.029.468 21.714.600

RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS ACUMULADOS

DISCRIMINAÇÃO	(Em Cr\$ — 1.000,00)			DISCRIMINAÇÃO	(Em Cr\$ — 1.000,00)		
	2º SEM/80	EXERC./80	EXERC./79		2º SEM/80	EXERC./80	EXERC./79
01 Receitas Operacionais	5.200.686	8.775.858	5.072.570	01 Saldo no Início do Período	282.625	174.595	134.705
02 Despesas Operacionais	4.789.519	7.738.488	4.084.694	02 Ajustes de Exercícios Anteriores		55.635	28.370
03 RESULTADO OPERACIONAL (01 — 02)	411.168	1.037.372	387.876	03 Correção Monetária do Saldo Inicial	58.137	86.059	58.648
04 Receitas Não — Operacionais	93.324	119.329	107.012	04 SALDO AJUSTADO E CORRIGIDO (01 — 02 + 03)	340.762	204.999	164.475
05 Despesas Não — Operacionais	59.607	74.786	27.331	05 Reversões de Reservas	51.683	255.769	98.981
06 RESULTADO NÃO — OPERACIONAL (04 — 05)	33.717	44.543	79.681	06 LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	64.725	86.699	177.811
07 Resultado de Correção Monetária	354.720	953.416	790.571	07 SALDO A DISPOSIÇÃO DA A. G. O. (04 + 05 + 06)	457.170	547.467	441.277
08 RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA (03 + 06 — 07)	90.165	128.499	276.986	08 DESTINAÇÕES PROPOSTAS A A. G. O. (09 + 10 + 11)	110.274	200.571	266.652
09 Provisão Para o Imposto de Renda	25.440	39.274	95.780	09 Reserva Legal	3.236	4.335	8.890
10 RESULTADO APÓS O IMPOSTO DE RENDA (08 — 09)	64.725	89.225	181.218	10 Reservas de Lucros a Realizar	61.488	82.364	179.081
11 Participações Estatutárias		2.526	3.407	11 Dividendos	45.549	113.672	79.711
12 LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO (10 — 11)	64.725	86.699	177.811	12 SALDO AO FIM DO PERÍODO (07 — 08)	346.896	346.896	174.595

Belém, (Pará) 21 de Janeiro de 1981

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Ozil Rodrigues Carneiro — PRESIDENTE, José Kleber Leite de Castro — CONSELHEIRO, Theophilo Pacheco Conduru — CONSELHEIRO, Amaral — CONSELHEIRO, DIRETORIA EXECUTIVA: Ozil Rodrigues Carneiro — DIRETOR, Luiz Militino de Vasconcelos — CONSELHEIRO, Guilherme Nunes Lima — CONSELHEIRO, José Ivo Loureiro do Amaral — CONSELHEIRO, DIRETOR, Ozil Rodrigues Carneiro — DIRETOR, Geraldo Gurgel de Mesquita — DIRETOR, José Edgar de Moura Costa Stone — DIRETOR, Orion Barreto da Rocha Klautau — DIRETOR, Raimundo Nonato Castelo Cordel — DIRETOR, Wanildo Jmael de Oliveira Torres — DIRETOR, Bernardino Fernandes de Sá — CONTADOR — CRC — PA — REG.

1131 — CPF. 000.154.822—00

Horóscopo

21/3 a 20/4
Dia com indicações astrológicas marcantes desfavoráveis, notadamente a tarde, a execução de suas atividades profissionais e a natureza financeira. Clima recalcitrante a maior recolhimento íntimo.

21/4 a 20/5
Período de grande favorabilidade em relação às suas atividades profissionais, notadamente ligadas às artes, cênicas ou à música. Demonstrar maior racionalização no tratamento de negócios e assuntos particulares. Encontros amorosos.

21/5 a 20/6
O condicionamento pessoal poderá sofrer alterações em momentos de inesperada sucesso no tratamento de questões profissionais ou financeiras. Evitar assinaturas de documentos de

maior importância relacionados à terra ou imóveis.

CÂNCER — 21/6 a 21/7
Continuam inalteradas as boas indicações em relação ao seu trabalho. Aspectos financeiros com excepcional favorabilidade, principalmente pela manhã, quando novos e agradáveis acontecimentos devem dar-lhe inesperada compensação.

LEÃO — 22/7 a 22/8
Hoje a relação profissional do leonino poderá ser sensivelmente perturbada por interferência de pessoa de temperamento inconstante e irritado. Procure valorizar mais efetivamente sua filosofia de vida. Mudanças e prováveis alterações ligadas ao comportamento doméstico em fase de solidificação e ajustamento.

VIRGEM — 23/8 a 22/9
Risco de atritos com colegas de trabalho devem marcar o seu dia em relação às atividades profissionais. Procure agir com franqueza e maior determinação no trato de negócios e nos aspectos financeiros de sua vida. A tarde

a noite poderão ocorrer momentos de acentuada tendência a gastos superfluos.

LIBRA — 23/9 a 22/10
O libiano terá hoje grande favorabilidade na condução de novos planos em relação ao seu trabalho e sua atividade rotineira. Momento de grande acuidade mental. Procure posicionar-se de forma mais aberta a auxílio de pessoa próxima de notável influência. Dê maiores equilíbrio e bom senso ao seu relacionamento doméstico.

ESCORPIÃO — 23/10 a 21/11
Dia de relativa desfavorabilidade para o nativo de Escorpião que terá uma tarde totalmente negativa em seus aspectos gerais. Posicionamento astrológico desaconselhando a troca de empregos e os negócios arriscados em termos financeiros.

SAGITÁRIO — 22/11 a 21/12
Você poderá contar hoje com aspectos astrológicos bastante favoráveis em relação ao seu trabalho e às finanças. Posicionamento benéfico de Júpiter e influência positiva de Vênus. Sentimentos em relação a parentes ou

a pessoa amada em fase de acentuada instabilidade com momento de grande negatividade se alternando com positiva presença de Vênus.

CAPRICÓRNO — 22/12 a 20/1
Esta sexta-feira será marcada para o capricorniano por uma excessiva, mas positiva, agitação no trato de assuntos funcionais ou financeiros. Possível aumento de ganho ou promoção. Dia com notável desfavorabilidade para negócios que envolvam metais ou relacionamentos amorosos.

ÁQUÁRIO — 21/1 a 19/2
Os aspectos profissionais desta sexta-feira para o aquariano se mostram benéficos, influenciados. Procure dotar-se de maior autoconfiança e dinamismo na condução de assuntos pessoais. Favorecido o trato de assuntos relacionados à eletricidade e eletrônico.

PEIXES — 20/2 a 20/3
Presença marcante de influência positiva de pessoa do sexo oposto em relação a alguns aspectos de seu trabalho rotineiro. Inconstância e decisões erroneamente precipitadas no trato de negócios pessoais. Proteção de pessoa mais idosa de sua família.

Missão cumprida: Preso o mais perigoso pistoleiro, Berto

Uma verdadeira caçada humana foi realizada na semana passada pelas delegações da Polícia de Rondônia, João Lucena e Valderado Paiva, juntamente com o tenente Bismarck, da Polícia Militar, subcomandante do destacamento de Ji-Paraná, que culminou na última terça-feira, na pequena cidade de Boa Vista da Aparecida, distrito de Cascavel, com o preso do mais perigoso pistoleiro que já apareceu em Rondônia em todos os tempos, Luiz Berto, que tem

em suas mãos um interminável rosário de crimes, praticados principalmente em Ji-Paraná e adjacências.

No dia 30 de janeiro, sexta-feira, o trio da Polícia, Lucena, Valderado, e Bismarck, unham em mãos uma informação fidedigna de local exato onde se encontrava o pistoleiro Luiz Berto, procurado vivo ou morto pela Polícia de Rondônia e então se

deslocaram até a cidade de Foz do Iguaçu. Lá, sabendo que o pistoleiro tinha ido para a cidade paraguaia de Capitão Badur, imediatamente se deslocaram até a referida cidade e após muitas buscas foram informados que Luiz Berto tinha voltado para o Brasil e estava trabalhando na cidade paraguia de Cascavel. Já desconfiados de que estavam em uma pista mais "fina" e não tinham outra opção, os policiais foram até Cascavel e após uma "checada" geral, souberam que Luiz Berto tinha voltado para a sua cidade, o pequeno lugarejo chamado Boa Vista da Aparecida, onde moram seus familiares.

Após vários dias de buscas, finalmente o pistoleiro havia sido localizado. Estava trabalhando na fazenda do Rolim, como agricultor e morava em uma casa nas proximidades da sede da fazenda. Devido a alta periculosidade do homicida, o delegado João Lucena pediu a ajuda do destacamento da Polícia Militar da cidade de Cascavel, no que foi prontamente atendido.

Em aproximadamente 6 horas da manhã do último terça-feira quando os policiais foram até a residência do irmão de Luiz Berto, o agricultor João Berto, que não sabia nada da vida progressiva do irmão, porém se prontificou a mostrar aos agentes, o local exato onde morava o pistoleiro.

Envolvido por uma forte emoção e expectativa, os policiais cercaram a casa onde estava residindo Antônio Luiz Berto e o delegado Valderado Paiva foi encarregado de entrar na residência. Quando todo o esquema estava armado, o delegado entrou subitamente no interior da casa e para seu espanto, a mesma estava vazia. Quando estava prestes a sair, eis que chega Antônio Luiz Berto e ao ver todo o aparato policial, tentou puxar o seu famoso Taurus 38, porém foi imobilizado por João Lucena.

O candidato lamentou ter sido pego de surpresa e seu único pedido feito ao delegado João Lucena, foi de ver o seu velho pai que está muito doente, no que foi atendido imediatamente.

Após a prisão Antônio Luiz Berto foi conduzido até a polícia da cidade de Cascavel, onde prestou um longo depoimento, logo depois foi entregue aos

seus captores que o trouxeram o Porto Velho; ontem por volta das 12 horas em um voo da Vasp. Antônio Luiz Berto já se encontra recolhido a uma das celas da Polícia Federal onde será interrogado pelo delegado de homicídios, João Lucena.



Território Federal de Rondônia
Prefeitura Municipal de Ariquemes
Comissão Permanente de Licitação

AVISO

A Comissão Permanente de Licitação, devidamente autorizada pelo Sr. Prefeito Municipal de Ariquemes, leva ao conhecimento das firmas interessadas e regularmente cadastradas no Registro de fornecedores deste Governo, que fará realizar as seguintes Tomadas de Preços:

T. de Preços Nº	Dia	Hora
009	12	15
Objeto		
Fichário rotativo 5 x 8 com um platô		
T. de Preços Nº	Dia	Hora
011	13	15
Objeto		
Gêneros alimentícios		
T. de Preços Nº	Dia	Hora
012	13	11
Objeto		
Material de limpeza		

Os Editais especificações e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço:

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Ariquemes
Ariquemes, em 05 de fevereiro de 1981
Wenilde Nunes Arantes
Presidente da C.P.L.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
FUNAI

AVISO

Avizamos aos Senhores participantes das Tomadas de Preços nºs 001 e 002, constantes do Edital desta Fundação, publicado neste Jornal dia 31.01.81, página 02, que faremos a abertura dos propostas dia 14 de fevereiro do corrente ano, às 09 horas e não como consta do 1º publicação.

Porto Velho (RO), 05 de fevereiro de 1981.

Augusto Silva
Presidente da CPLM

PRESIDENCIA DA REPUBLICA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - SEPLAN
SUPERINTENDENCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO - SUNAB

AVISO

O Diretor Geral do Departamento de Pessoal da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), por delegação da competência, através do Processo DASP nº 18.470/80, avisa aos interessados a abertura das inscrições para o Concurso Público de Abastecimento LT-NS, 937, a ser realizado na cidade de BOA VISTA - RORAIMA.

Informa, ainda, que as inscrições serão realizadas no período de 23 a 27 de fevereiro do corrente ano, das 9:00 às 11:00 e 14:00 às 17:00 horas, na Rua Araújo Filho, 433, Boa Vista-RR.

Maiores informações poderão ser obtidas no local das inscrições e no Edital DASP/SUNAB nº 08/80, publicado no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 1980.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1981

Haroldo Brum da Silva

Diretor Geral

RODA VIVA Nº 1

Av. Rogério Weber, esquina com Sete de Setembro.
PIZZAS — Chopp da Brahma — Aperitivos — Tira-gostos.
O ponto de encontro da sociedade da Rondoncap.

RODA VIVA Nº 2

Av. Carlos Gomes — (edifício do Rádio Caiari)
Pizzas — Chop da Brahma — Aperitivos.
O ponto de reunião da jovem guarda.

Estuprou menor após enganá-la

Edson da Silva Alves, casado, 39 anos, e residente a rua Rogério Weber, 1508, dizendo-se solteiro, começou a namorar a menor L. R. P., de 14 anos e residente a rua Iluminas Ayres, 56, prometendo-lhe casamento imediato, visto que estava muito "apastado".

A mãe da menor, a Sra. Maria de Nazaré Freire, logo descobriu da "pulsante aguda" de Edson e proibiu a filha de desfrutar de que o mesmo fosse casado.

Após um mês de namoro, Edson deu uma fuga de seu emprego e disse que no dia seguinte às 6 horas da manhã voltaria para levá-la para conhecer a sua nova residência, como também marcar o dia do casamento, e assim o fez.

Após aproximadamente 8:30 da manhã de antecedência quando o funcionário da Prefeitura foi até a casa da menor e esta estava em seu carro para conhecer a "nova" nova residência. Só que a filha mudou de residência levand-a a uma residência de um conhecido seu, localizada no Jongo da BR-319. Quando lá chegaram, aliás a mãe e conhecida a menor a entress, esta levou o seu sem nada desconfiar. Posteriormente foi lhe mostrado a "simpla sala, a cozinha e quando esta entrou na cozinha foi logo apastada e empurrada para a cama. Como reagiu e saiu do local, Edson

trancou a porta e colocou a chave no bolso, para em seguida se despar completamente.

Demonstrando estar completamente alucinado, mesmo a roupa da menor e passaram então a fazer como fôrça, ele tentando de todas as maneiras possí-las e encontrando desta, uma forte resistência. Devido a seu corpo frágil, a menor não resistiu mais e acabou o demônio, dando se ao vício e Edson para estuprá-la sem dó ou piedade.

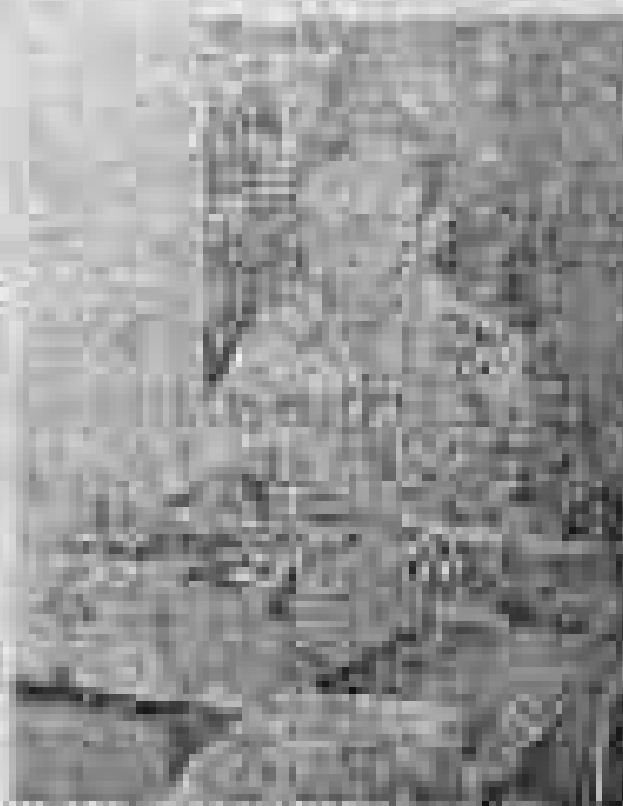
Após conseguir o que queria, voltou a cidade e em uma das farmácias comprou tetraciclina, para ver se parava a forte dor de cabeça na menor e voltou ao local onde tinha deixado sua vítima, quando obrigou a menor a tomar alguns comprimidos e em seguida deu-a nas proximidades de sua residência. Obarado muito, a menor contou o seu terrível drama para sua genitora e esta imediatamente foi até o 1º Distrito Policial e diante da delegada Luciano Aguiar apresentou queixa.

Ontem por volta das 11 horas, o funcionário Edson Silva Alves, foi levado até a presença do delegado, que após ouvir-lhe, enquadrou-o no artigo 217 do Código Penal — Sedução e corrupção de menores, pena que varia de 3 a 14 anos de prisão.

Mais uma reclamação contra o Hospital "Locomotor"

O CANTINHO DO BATE-PAPO

João Tavares



Mais de 60 bolsistas, gente de Rondônia que estudava fora, concluíram os seus cursos em 1980 e estão voltando agora para empregar os seus conhecimentos no Território. Esses, 14, a serem funcionários e estão sendo encaminhados em novas funções, enquanto outros 45, formados em diversas áreas como Administração de Empresas, Aeronáutica, Medicina, Direito, Assistência Social, Engenharia Florestal, Heliocultura, Medicina Veterinária, Economia, Construção Civil, etc., estão sendo encaminhados para trabalhar nos quadros do Território. Só para a Secretaria de Agricultura já foram contratados 14 técnicos das áreas de Aeronáutica, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária e Heliocultura. A recomendação do governador Jorge Teófilo, é ao sentido de que todos os bolsistas sejam admitidos nos quadros do Governo e com isso o governo rondoniense prestigie os jovens técnicos da terra que estão se formando. O encaminhamento para essas admissões é feito pela Divisão de Assistência ao Educando da SEC.

A assistência que o Governo está dando não só aos alunos e aos estudantes da faculdade, mas, em todo o Território, é algo de excepcional e merece que se diga. A começar pelo material de cantina lá distribuído em todos os municípios e pelas escolas das mais distantes regiões. Depois, o material escolar propriamente dito, como cadernos, lápis, borracha régua, livro didático que vai ser distribuído. Só na zona urbana dos municípios vão ser entregues 31 mil 250 módulos escolares, enquanto para a zona rural vão ser distribuídos 11 mil e 900 módulos. Portanto, a SEC distribuirá também material de Fome como lápis, caderno, borracha e até diccionário, dependendo ainda da chamada reserva local em para suprir eventual falta desse material em qualquer escola do Território. Toda esse material já se encontra nas SEMECs dos municípios para distribuição aos estudantes da faculdade. O Governo do Território e a SEC procuram dessa maneira o interesse pelo aluno estudante, oferecendo-lhe todas as condições para frequentar a escola.

Os trabalhos são realizados na SEC pelo Departamento de Ação Complementar, o órgão que dá apoio ao estudante e tem como chefe a professora Orsila Depina Malucel, uma mestra que fala com muito entusiasmo dos programas que a SEC vem colocando em prática, sob a direção do secretário Álvaro Lacerda Pires. O Departamento de Ação Complementar é constituído também pela Divisão de Assistência Médica Sanitária, Divisão de Assistência ao Educando e Programa de Integração Escola-Comunidade, voltado mais para a área rural com as APPs ARAs, disse a professora Orsila no interior estão realizando um trabalho formidável.

O cidadão João de Castro Rocha, morador do bairro Nova Floresta, veio a redação do "ALTO MADEIRA" para registrar uma reclamação contra o atendimento médico da de seu filho Francisco Pereira Rocha que tratava a criança quando disputava uma partida de futebol no quintal, 4 de BR-364.

O acidente, segundo narrou, ocorreu no dia 11 de janeiro, levado ao Pronto Socorro, por volta das 5:30, foi feita ali a ficha de atendimento, tendo sido o mesmo encaminhado ao hospital "São José" para ser feita uma radiografia. A criança foi levada após as 20 horas visto que o operador de "raio X" não se encontrava no local de trabalho. Atendido com a criança radiografada, foi o paciente encaminhado a outro local, dentro do hospital Locomotor.

Lá no Locomotor, o responsável pela planta que é constantemente disse ao médico Hugo, não se encontrava. Espertamente até as 23 horas e nada do médico chegar. O atendimento, narrou João de Castro Rocha, só foi possível no outro dia, por volta das 10 horas, pelo mesmo médico Hugo. Ele disse que foi colocado em um local e nada mais.

RECLAMAÇÃO

O pai da menor acidentada explicou a razão de ter vindo a redação do "ALTO MADEIRA", registrar o atendimento demorado e pouco eficiente ao seu filho. Ele disse que lá no hospital encontra-se uma placa, bem visível, pedindo que todos aqueles que tiveram algo a reclamar contra o funcionamento o fizessem, e por isso veio narrar essas fatos que poderão ser corrigidos pela Secretaria de Saúde, já que o interesse do Governo é sempre por quanto mais o funcionamento das suas órgãos.

Gente amiga vence no vestibular

A pentecosta e vencedora. Trata-se de gente amiga Maria Castiel trouxe-nos a notícia de que duas de suas filhas Sandra Maria Castiel Fernandes e André Castiel Castiel e mais o seu genro Edson Machado Fernandes (marido de Sandra) saíram vitoriosos no vestibular da Faculdade Santa Cruz, do Rio de Janeiro.

Odacir: Vinte dias no Território

Chegou ontem a esta capital, procedente de Brasília, o Sr. Odacir Soares, que terá uma permanência de vinte dias em Rondônia, quando percorrerá todo o interior do Território visitando todas as cidades e localidades da BR-304, da BR-319, Guajará-Mirim e localidades ao longo do rio Guaporé, mantendo contato político com seus milhares de eleitores que esperam ansiosamente pela sua visita, quando não ouvir de viva voz a sua palavra de comando, de liderança, sobre os rumos da campanha política de 82, quando também ouvirá seus correligionários e aderentes sobre o comportamento que deverão ser mantido por todos em relação a transformação de Rondônia em Estado para que haja uma comunidade de forma e nada possa atrapalhar esse processo de todos que aqui vivem e desejam o progresso, o desenvolvimento e independência política e econômica deste futuro Estado.

Tradicional empresa de engenharia de grande porte está necessitando de candidatos para o cargo:



SONDOTECHNICA S/A

Secretária Executiva

São requisitos necessários:

- Dinamismo, boa apresentação pessoal, excelente datilografia, redação perfeita, conhecimentos gerais de escritório.
- Experiência mínima de 2 anos.
- Oferecemos: salário inicial de Gr\$ 30.000,00, boas condições de trabalho e oportunidade de desenvolvimento profissional.
- Marcar entrevista pelo telefone 321-3254 (com o Sr. Maurício) (5, 7 e 8)

O investimento no Copão da Amazônia



O investimento para o Copão deste ano está orçado em 4 milhões e 800 mil cruzeiros, segundo os planos apresentados pelos dirigentes das federações participantes ao presidente Giulio Coutinho, da CBF no final do mês passado, no Rio de Janeiro.

Mas até o mês de setembro, com a inflação e seus efeitos uma alteração como acrescentar a cifra calculada pelos dirigentes das federações do Copão da Amazônia.

E esse valor terá que sair da Confederação Brasileira de Futebol. As despesas serão de passagens, hospedagem e alimentação para — pelo menos deste ano em diante — oito delegações de atletas e dirigentes, já que os próprios presidentes dessas federações, sugeriram como meta prioritária, a inclusão não só da representação campeã da última temporada, mas de todas elas.

Fora essa despesa que a CBF terá de ter, as federações disputantes terão também seus gastos com os órgãos competentes, para reformas e melhorias dos estádios, pois, cada representante

além de estar disputando o VII Copão da Amazônia, estará também lutando para conseguir (dependendo de sua classificação, é lógico —, "arrastor" e finalista para sua sede.

Para o presidente da FDR, Wilson Doculatti, esse cifra de mais de quatro milhões já era esperada em comparação com as despesas feitas no torneio do ano passado.

Para os dirigentes a notícia de que apenas os clubes disputantes de seus grupos terão participação na renda já é um grande incentivo, porque os, segundo alguns afirmam, "tônio" nos dirigentes dos clubes quanto os das federações deveremos dar início a um trabalho muito sério.

Com o crescimento populacional, é claro que financeiramente o VII Copão da Amazônia não trará prejuízo a ninguém. O primeiro grande salto desta promoção, aconteceu exatamente aqui, em 1979, que foi registrada a maior renda em comparação às outras anteriormente realizadas ainda em Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista e Rio Branco.

COMENTANDO

Simeão Tavamard



TADINHO DO FORTALEZA

O meu, o seu, o nosso Mengão não devia ter feito o que fez o pobre do Fortaleza da terra dos meus amigos Nilo Pontes e Ciro Pinheiro. Abusou de sua fragilidade o goleando humilhantemente pelo score de 8 a 0. O comandante de ataque rubronegro, Nunes, marcou nada menos de que 5 fentos. Confesso que estou penalizado. Ta-ta-tadinho do Fortaleza.

PEDRO TORRES ENFERMO

Tão logo a Vila Nova foi goleada pelo Bangu, procurei o meu amigo Pedro Torres para amenizar o seu sofrimento. Infelizmente não o encontrei. Apenas fiquei sabendo que o Pedro Torres estava enfermo. Faço votos de que já esteja restabelecido. Perder para o Bangu de 5 a 1 provoca uma "alta pressão" tremenda. Não é Pedro?

SALÃO JÁ FOI UM CRACÃO DE BOLA

Somente ontem vim a saber que Salão, potente do "Café Santos", em tempos passados foi um cração de bola. Jogava como comandante de ataque do Marabá Futebol Clube. Certa ocasião jogando contra um time de Braves o Salão conseguiu quatro fentos, saindo de campo carregado pela torcida. O que me causou surpresa foi como o Salão marcou tantos gols com o tamanho que tem 1 metro e 53 centímetros. Será que o time de Braves era composto de Anões? Com a palavra a Frazzoli-ne.

QUE DEUS PROTEJA A SELEÇÃO BRASILEIRA

No próximo domingo a nossa Seleção Brasileira enfrentará a seleção venezuelana. Jogo válido pelas eliminatórias da Copa do Mundo de 82. Confesso que temo pela sorte dos nossos representantes. Não pela falta de capacidade e sim pela maneira como foram treinados. O Tolo Santana até o presente momento não ministrou nenhum sistema tático. O futebol brasileiro continua a ser aquele que estamos acostumados a ver e considerar "arroz com feijão". Se a criatividade dos nossos craques forem postas em campo no decorrer dos 90 minutos, talvez vencamos por um "score elástico". Razão pela qual peço a Deus que proteja a nossa Seleção.

NILO PONTES ESCALA A SUA SELEÇÃO

Encontramos o velho amigo Nilo Pontes lendo tranquilamente a jornal "Alto Madeira". Interrumpiu a leitura para falarmos sobre a Seleção Brasileira. Lá pelas tantas o Nilo me disse com convicção: Simeão, a minha Seleção é a seguinte:

Waldir Paraz; Edevaldo, Juninho, Luisinho e Junior; Batista, Cerezo e Zico; Paulo Isidoro, Serginho e Zé Sérgio.

Endosso plenamente. Só discordo do banco de reservas que o Nilo havia escalado. Para mim o Dr. Sócrates fazia uma missão especial: a de assistente médico. Pelo menos teria oportunidade de transmitir aos colegas as mensagens do Tolo.

FLORIDO VALLADARES JÁ SE ENCONTRA ENTRE NÓS

Com muito prazer abracei o meu prezado amigo Florido Valladares que havia viajado ao Sul do País a fim de submeter-se a uma operação cirúrgica. Tudo decorreu como os seus amigos desejavam. Com pleno êxito. Dentro de poucos dias o veterano lá no Aluzão torcendo pela sua Ipiranga. Compare o meu amigo Valladares com o Bambu: "verga não quebra". Parabéns Florido.

Ferroviário já dispensou cinco

Cinco jogadores do Ferroviário que estavam na relação das 10 para serem dispensados, já foram desligados do clube: Cláudio, Trico, Zé, Beto "Comar" e Ronildo, que passou a ser técnico do plantel juvenil a partir de ontem. Os outros cinco poderão sair até amanhã, caso alguma acertos se definam como esperam os dirigentes tricolores.

Segundo disse o vice-presidente de futebol Canosa, "essa decisão, embora esteja sendo a mais badalada por toda a imprensa como uma coisa sim-

ples, está mais delicada do que se esperava", mas não negou que o número anteriormente mencionado — de 10 — de atletas, é oficial, e que somente por motivos muito fortes e convincentes é que ela poderá ser alterada.

Esses cinco nomes de atletas dispensados, segundo a diretoria do tricolor, foram minuciosamente estudados. Eles tiveram contatos bastante demorados com toda a direção do clube reunida em sua sede, à avenida 7 de Setembro, às 20 horas de en-

frentem quando foram esclarecidos alguns dos pontos que mais preocuparam a presidência da agremiação. O presidente Albino Nascimento certa vez, quando perdeu o primeiro jogo da final para o Moto por dois a um, dizia que no dia seguinte iria dispensar a todos, mas foi só "cabeça-quente".

Entretanto, o vice-presidente de futebol adiantou que essas dispensas não estão sendo feitas precipitadamente. Até mesmo dentro de que renovaram seus contratos, poderia acontecer dispensa.

Neymário Cunha chega na quinta e assume o Trem

O recém-contratado técnico do Ferroviário, Neymário Cunha, já aceitou sua condição com os dirigentes do Trem, afirmando via telefone com Orivaldo Canosa, que estará aqui na próxima quinta-feira para iniciar seus trabalhos frente ao plantel campeão da Amazônia.

Uma conversa de hora e meia com Neymário por telefone, acertamos tudo com respeito ao seu contrato, sua condição de trabalho com o plantel que nos estamos dando uma nova estrutura e ele aceitou de bom grado após a confirmação de nossa parte sobre seu preço estipulado em 370 mil cruzeiros, assegurou Canosa.

Amanhã, o Departamento de Futebol tricolor estará providenciando passagem via Cruzeiro do Rio

de Janeiro até Porto Velho. Na conversa que tiveram, tanto a diretoria do Ferroviário quanto o técnico, pontuaram que Neymário terá "carta branca" no que se referir ao time e a que se fizer necessário sobre o mesmo. Essa condição foi considerada mesmo antes do novo técnico do Trem sair da sua cidade.

O preço pedido pelo profissional não assustou tanto a diretoria do Trem, pois pelas referências que teve de Neymário (professor de Educação Física, Voleibol, futebol de salão, Basquetebol, além do futebol de campo, naturalmente) são muito boas e condizentes com o tipo de gente que o clube está necessitando agora. Em sua carta de referência, seu último trabalho foi desenvolvido como supervisor do Volta Redonda, no Rio de Janeiro.

Vôlei: seleções adultas prosseguem com treinos

As seleções adultas masculina e feminina do voleibol iniciaram seus treinamentos sábado da semana passada, com dois horários: o feminino às 18 horas e o masculino às 20 horas, como ficou determinado entre a comissão técnica e os atletas convocados.

O técnico Gilmar Pinheiro, está muito satisfeito com o interesse dos atletas em participar dos treinamentos por ele aplicados. Embora sejam os melhores pelos atletas convocados, a masculina tem se sobressaído melhor tecnicamente tendo em face a continuidade das atividades que não relaxaram e estão, agora com a seleção, apenas dando continuidade aos seus treinamentos.

Gilmar acredita que até a competição, no próximo mês de março nos dias 28 até quatro de abril, "as duas seleções já estejam satisfatô-

ramente bem, em termos de competição nacional, como das outras vezes.

Hoje, os treinamentos terão prosseguimento no ginásio "Eduardo Lima e Silva", do Flamengo, obedecendo o mesmo critério de horário.

Tolô critica reservas

Os reservas também fizeram um jogo-treino. Enfrentaram a equipe suplente do Santo. Foi um exercício que teve o mesmo tempo de duração: uma hora, com 30 minutos cada tempo. O resultado foi 4 a 3, o que valeu muitas críticas de Tolô, uma vez que os brasileiros, depois de estarem vencendo por 3 a 0, facilitaram bastante, permitindo o empate, por não fim conseguir nova vantagem.

Se a equipe principal do Santo Fé já não é boa (limita-se a defender a defender), o reserva é bem pior. Com poucos minutos de treino, os brasileiros venceram por 3 a 0 e criavam seguidamente outras oportunidades. Mas no segundo tempo, ao demonstrarem desinteresse pelo coletivo, tomaram o primeiro gol, o segundo, o que supermatou os colombianos.

A partir daí, o partida foi muito movimentada e parecia realmente um jogo oficial. Os três gols do Colômbia foram de Castro e eles tiveram inclusive oportunidade de marcar o quarto. Mas no fim a Seleção Brasileira conseguiu a vantagem para o treino terminar logo em seguida.

Os gols foram marcados por Renato (três) e Eder. Serginho atuou pelo reserva que foram foram completados pelo apoiador Pelaez, Júnior do Milionários. Neste segundo jogo-treino, destacaram-se Renato, Serginho e Eder.

Ronildo treinador juvenil tricolor

Ronildo Marques, um cidadão que fez muitas coisas ao Ferroviário como jogador, agora é o novo treinador do plantel juvenil tricolor. A decisão foi tomada, quinta-feira, noite, quando ele participou de uma reunião com a diretoria do Trem e acertou todos os detalhes sobre seu novo trabalho: a responsabilidade de dar continuidade ao trabalho no juvenil, de onde pretende o clube mais tarde, aproveitar muitos jogadores.

Ele continuará trabalhando no clube no mesmo endereço que é o futebol. A preparação já lhe havia sido feita pela direção do Ferroviário mas tudo só viria ser concluído, após a decisão entre Ronildo e o Departamento de Futebol do clube.

Ainda não foi determinado o dia exato para o início dos treinamentos da equipe juvenil, no entanto, Ronildo já pretende iniciar com bastante tempo para ter uma boa campanha no campeonato.

Bola em Jogo EQUIPE

CLUBES — Os clubes estão se movimentando visando o campeonato deste ano, que já está sendo programado pelo Departamento de Futebol da FDR. Alguns dispõem de jogadores, outros convidando jogadores de uns clubes para outros, mas todos visando o melhor trabalho no campeonato de 82.

EM VÃO — Agnes, cheguei a hora de se juntar que as críticas feitas ao Ferroviário antes de ir ao Copão de Macapá, foram completamente sem fundamento, o que se critica o clube quer jogadores emprestados de outros clubes. Agora, em termos de contratação, o Ferroviário se tornou apenas mais um dos vãos.

JEITO — Agora, estão anelando as convocações das seleções para o Jogo Brasil-Brasil que será disputado no próximo mês de julho em Brasília. Por enquanto, apenas o futebol e a natação estão chamando seus atletas. Faltam o Atletismo.

CURSO — O primeiro Nádison Marcelino, técnico das Seleções de Natacão de Macapá, deverá estar aqui até o próximo mês, passar 30 dias participando de um curso responsabilidade sobre sua modalidade. Segundo as informações, o curso terá duas partes: na primeira quinzena, o curso será em São Paulo, enquanto que outra, metade no Rio de Janeiro.

VASCO — O Vasco estará com um plantel completamente modificado para o campeonato deste ano, ficando apenas alguns dias que defendem a Cruz de Malta em passado. O primeiro teste deste novo time foi contra o Ipiranga, quando o time comandado por Pêra foi abatido por 0 a 1. Ruiu o novo Vasco.

BARQUETEIRO — Essa modalidade, enquanto em alguns centros tem grande importância — em São Paulo por exemplo —, aqui simplesmente porque, não há iniciativas das esportivas. Quando chega a fase próxima ao Jogo, os atletas formam times para representar coletivos que passaram nos dias de treinamento. Porque não trabalhar sério nisso?

GRATIDÃO — Aconteceu hoje à tarde, na escola de Rio Branco, a final do Torneio de Futebol de Salão dos Gestores, que teve a participação de 16 agremiações em todo o seu decorrer. Ao vencedor, será entregue um troféu.